



UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA

KRISTINNE KELLY ROSA BORGES VAZ

**O VOLUME DE INFORMAÇÕES DE FOMENTO NOS PORTAIS ELETRÔNICOS
DAS FUNDAÇÕES ESTADUAIS DE AMPARO À PESQUISA**

Florianópolis

2022

KRISTINNE KELLY ROSA BORGES VAZ

**O VOLUME DE INFORMAÇÕES DE FOMENTO NOS PORTAIS ELETRÔNICOS
DAS FUNDAÇÕES ESTADUAIS DE AMPARO À PESQUISA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Administração da Universidade do Sul de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Sandro Vieira Soares.

Florianópolis

2022

V49 Vaz, Kristinne Kelly Rosa Borges, 1967-
O volume de informações de fomento nos portais eletrônicos das
fundações estaduais de amparo à pesquisa / Kristinne Kelly Rosa
Borges Vaz. – 2021.
79 f. : il. color. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Sul de Santa Catarina,
Pós-graduação em Administração.
Orientação: Prof. Dr. Sandro Vieira Soares

1. Administração pública. 2. Orçamento. 3. Ativos (Contabilidade).
4. Servidores públicos. 5. Pesquisa - Brasil. 6. Fundação Estadual de
Amparo à Pesquisa. I. Soares, Sandro Vieira. II. Universidade do Sul
de Santa Catarina. III. Título.

CDD (21. ed.) 352.740981

Ficha catalográfica elaborada por Carolini da Rocha CRB 14/1215

KRISTINNE KELLY ROSA BORGES VAZ

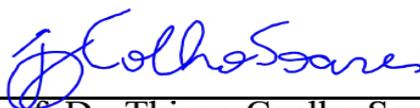
**O VOLUME DE INFORMAÇÕES DE FOMENTO NOS PORTAIS ELETRÔNICOS
DAS FUNDAÇÕES ESTADUAIS DE AMPARO À PESQUISA**

Esta dissertação foi julgada adequada à obtenção do título de Mestre em Administração e aprovada em sua forma final pelo Curso de Mestrado em Administração do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Florianópolis, 24 de fevereiro de 2022.



Prof. Dr. Sandro Vieira Soares, Orientador
Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL



Prof. Dr. Thiago Coelho Soares
Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL



Prof. Dra. Cristina Martins
Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL



Documento assinado digitalmente

FERNANDO MACIEL RAMOS

Data: 04/04/2022 14:34:21-0300

Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Dr. Fernando Maciel Ramos
Universidade do Contestado - UnC

“Luta, a palavra vibrante que levanta os fracos e determina os fortes” (Cora Coralina). Com esta frase quero deixar aqui registrada minha FÉ no DEUS que nos fortalece, e aos meus familiares, em especial meu esposo Ismarlei Vaz, por todo apoio nesta caminhada de estudos. Aos professores das matérias que tive durante o mestrado, em especial ao meu orientador prof. Sandro Vieira Soares pela atenção dispensada nesta orientação.

RESUMO

O estabelecimento de informações governamentais, apresentadas nos portais eletrônicos, tem se tornado alvo de interação entre a sociedade e a gestão pública. Nesse sentido, este estudo buscou analisar a relação das características das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa - FAPs com o volume de informações de fomento, disponibilizadas nos seus portais eletrônicos. Para tanto, visando determinar as características das FAPs, utilizou-se o ano de criação, o orçamento, os ativos totais e a quantidade de servidores, e para mensurar a veiculação de informações de fomento nos portais eletrônicos, a fim de responder as hipóteses formuladas, utilizou-se o volume (quantidade) de informações disponíveis nos portais. Desse modo, foi procedida uma pesquisa documental nos portais eletrônicos das FAPs. A pesquisa teve uma abordagem quali-quantitativa, utilizando a técnica de análise de conteúdo e a estatística descritiva através de análise do coeficiente linear de Pearson (r). Os resultados em síntese quanto a hipótese 1 apresentou que estatisticamente que não há uma correlação entre volume de informações nos portais eletrônicos e a idade das FAPs. Contudo, as hipóteses 2, 3 e 4 (orçamentos, ativos totais e quantidade de servidores) demonstraram que há relação entre volume de informações nos portais eletrônicos e as características de tamanho das fundações. As limitações apresentadas neste estudo referem-se inicialmente a escassez de literatura sobre fomento à pesquisa nas FAPs, e quanto à população, que por uma questão numérica impossibilitou o uso de métodos quantitativos mais sofisticados durante a análise de dados, mesmo a amostra analisada representar mais de 90% da população.

Palavras-chave: Fundação Estadual de Amparo à Pesquisa. Orçamento. Ativos totais. Servidores.

ABSTRACT

The establishment of government information, presented in electronic portals, has become a target of interaction between society and public management. In this sense, this study sought to analyze the relationship between the characteristics of the State Research Support Foundations - FAPs and the volume of funding information available on their electronic portals. Therefore, in order to determine the characteristics of the FAPs, the year of creation, the budget, the total assets and the number of servers were used, and to measure the dissemination of development information in the electronic portals, in order to answer the hypotheses formulated. , the volume (quantity) of information available on the portals was used. In this way, a documental research was carried out in the electronic portals of the FAPs. The research had a quali-quantitative approach, using the technique of content analysis and descriptive statistics through the analysis of Pearson's linear coefficient (r). The results in summary regarding hypothesis 1 showed that statistically there is no correlation between the volume of information on electronic portals and the age of the FAPs. However, hypotheses 2, 3 and 4 (budgets, total assets and number of employees) showed that there is a relationship between the volume of information on electronic portals and the size characteristics of foundations. The limitations presented in this study refer initially to the scarcity of literature on research promotion in FAPs, and as for the population, which for a numerical issue made it impossible to use more sophisticated quantitative methods during data analysis, even the analyzed sample represents more than 90% of the population.

Keywords: State Foundation for Research Support. Budget. Total assets. servers.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Criação das FAPs, por ano.....	43
APÊNDICE A - Relação das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa, com seus endereços eletrônicos.....	60

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Características de orçamento, ativos totais de 2019/2020 da FAPs (em reais), quantitativo de servidores.....	44
Tabela 2 - Consolidação do volume de informações de fomento nos portais eletrônicos por categoria	46
Tabela 3 - Matriz de correlação entre as variáveis	47

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Portal eletrônicos da FAPEG e FAPEMA.....	40
Figura 2 Constituição das subcategorias e categorias.....	41

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
1.1	TEMA E PROBLEMATIZAÇÃO	5
1.2	OBJETIVOS	10
1.2.1	Objetivo geral	10
1.2.2	Objetivos específicos	10
1.3	JUSTIFICATIVA	11
2	REVISÃO DE LITERATURA	13
2.1	A INFORMAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	13
2.1.1	A informação pública e seu acesso	14
2.2	INSTRUMENTO DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	19
2.2.1	<i>Internet</i>	20
2.2.2	Portais eletrônicos (<i>website</i>)	25
2.3	FUNDAÇÕES ESTADUAIS DE AMPARO À PESQUISA	30
2.4	DESCRIÇÃO DAS HIPÓTESES DA PESQUISA	36
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	39
3.1	PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS	39
3.2	MÉTODO DE ANÁLISE DE DADOS	40
4	ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	43
4.1	CARACTERÍSTICAS DAS FAPS	43
4.2	VOLUME DE INFORMAÇÕES DOS PORTAIS ELETRÔNICOS DAS FAPS	45
4.3	ANÁLISE DAS VARIÁVEIS	46
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
	REFERÊNCIAS	52
	APÊNDICE A - RELAÇÃO DAS FUNDAÇÕES ESTADUAIS DE AMPARO À PESQUISA, COM SEUS ENDEREÇOS ELETRÔNICOS	61

1 INTRODUÇÃO

Inicia-se esta seção com a contextualização da informação e identificação dos meios de divulgação dos órgãos públicos, a partir do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), e da busca aos portais eletrônicos, gerados para proporcionar visibilidade e acesso às ações governamentais, neste caso, as fundações estaduais de amparo à pesquisa. Em seguida, nessa mesma linha de estudo, apresentam-se o problema de pesquisa, o objetivo geral, os objetivos específicos e a justificativa em sua perspectiva teórica e prática.

1.1 TEMA E PROBLEMATIZAÇÃO

A divulgação de documentos e dados, via transferência de informação, ofertada de forma física ou virtual, provê benefícios que se associam diretamente à oportunidade de constituição do conhecimento (LARA; CONTI, 2003). Assim, a sociedade da informação, conforme preconizada pelo sociólogo espanhol Manuel Castells (1999), considera que a tecnologia, com suas inovações, está cada dia mais presente no cotidiano da sociedade, possibilitando novas formas de abordagem e controle da informação. Na atualidade, a todo instante se apresenta uma sociedade profundamente imersa em novas tecnologias de informação e comunicação, fato que evidencia o poder que essas tecnologias possuem na promoção da divulgação e do uso da informação (CALEFFI; RAUPP, 2017).

A partir da segunda década do século XXI, mudanças significativas foram percebidas na forma de divulgação e de aquisição da informação, assim como no modo de inserção e na própria comunicação em distintas estruturas sociais, por intermédio de sistemas de informações na *web*. Assim sendo, pode se afirmar que a *internet* possibilitou a expansão do paradigma de guarda e acesso aos conteúdos documentais, isto é, permitiu o acesso à informação por meio das mídias disponíveis e acessíveis (GONÇALEZ; JORENTE, 2014).

Dessa maneira, a utilização das TICs no setor público provocou diversas mudanças especialmente quanto às facilidades de gestão e prestação de contas, por exemplo, tornou possível o uso de ferramentas que permitem demonstrar o desempenho, os resultados, a transparência e, até mesmo, realizar o controle dos serviços públicos prestados (RAUPP; PINHO, 2011). Com base nesse tipo de uso das TICs, surgiu o governo eletrônico (e-gov), como meio de difusão das ações governamentais à sociedade.

Em seus estudos, Santos (2013) ressalta que as políticas de informação governamental constituem (ou poderiam constituir) esforços da classe política para garantir o acesso a estes

conteúdos informacionais diversos, resolvendo ou diminuindo a carência na disseminação de informações científicas e técnicas, concebidas pelos administradores governamentais. Raupp, Abreu e Abreu (2015), em estudo de transparência, desenvolvido nos portais dos maiores municípios do país, destacam que a disponibilidade de informações ainda não é uma realidade, prejudicando, desse modo, a construção da transparência.

A transparência retrata o fornecimento de informações reais, as quais podem ocasionar suscetíveis críticas aos governos em sua atuação. Assim, o fornecimento de informação apenas vem cumprindo o mínimo, proporcionando um controle midiático e institucional fraco ou mesmo inexistentes. Para Michener, Contreras e Niskier (2018), é possível, nesse caso, que a prioridade seja avançar na indicação de mecanismos que possam informar as políticas públicas governamentais, a partir de informações com uma real transparência. Assim, é preciso reforçar a legislação não somente quanto à responsabilização dos governantes, mas atribuir a eles o suprimento e a ordenação das informações necessárias para coordenar o complicado federalismo de três níveis, do Brasil (MICHENER; CONTRERAS; NISKIER, 2018). Desse modo, caso não sejam tomadas medidas extremas, o panorama para o cumprimento e a implementação do Acesso à Informação em todo país permanecerá prejudicado.

A forma como são disponibilizados os dados e as informações referentes a políticas e à gestão pública, seja presencial ou virtual, apresenta, ainda hoje, grande dificuldade de interação Estado-sociedade, ocasionando o que se denomina assimetria de informação. Isto é, a inexistência de documentos sobre o desempenho governamental torna difícil a atuação da sociedade civil no processo de acompanhamento e avaliação dos governantes (DIAS; SANO; MEDEIROS, 2019).

Observa-se, então, que os gestores e seus auxiliares são aqueles que possuem os dados e registros da gestão pública em sua integralidade, mas não são seus detentores, pois estas informações devem estar à disposição dos cidadãos (CANELA; NASCIMENTO, 2009). Assim, essa propensa ocultação, pode ocasionar uma assimetria de informações. Frequentemente, os possuidores de informações não querem ser monitorados, visto que a assimetria inibe a cobrança de garantias ou normas mais precisas no momento de alguma transação (ZORZAL, 2015).

Para Ruediger (2008), o fornecimento de informações (interna ou externa) é considerado componente principal, onde se interligam a reestruturação de processos e as estruturas do Estado. Assim sendo, “a escassez no fornecimento de informação perpetua a assimetria de informações” (RUEDIGER, 2008, p. 239).

Segundo Manoharan e Ingrams (2018), nas últimas duas décadas, para integrar suas funções internas e melhorar sua prestação de serviços, os governos investiram em tecnologias de informação e comunicação (TICs). Alguns estudos conceituaram essas tendências de TIC e se referiram a elas coletivamente como e-gov, ressaltando que, à medida que aumenta o número de cidadãos que utilizam a Internet e as tecnologias móveis, o setor público está constantemente inovando para acompanhar a evolução das tecnologias e das expectativas dos cidadãos.

O Estado deve desenvolver mecanismos por meio da normatização e das práticas de acesso que conduzam o cidadão ao entendimento das atividades públicas, como forma de estimular a participação na gestão pública e, conseqüentemente, o controle social. Contudo, apesar das iniciativas do poder público, não há garantia que a comunicação seja real, devido a situações e elementos que podem causar ruídos na comunicação entre ambos (BARTOLUZZIO *et al.*, 2019).

Visto como uma forma de priorizar a aplicação do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), o e-gov tem o intuito de democratizar o acesso à informação. A finalidade desse aplicativo não era apenas acrescer algo quanto à discussão da participação da população no estabelecimento das políticas, mas também aprimorar as características e a qualidade, bem como a disponibilidade dos serviços e sistemas de informação (PINTO; ALMEIDA, 2020).

O governo eletrônico torna-se mais importante a cada dia, uma vez que, além da necessidade de transparência de suas ações e decisões, quase todas as transações com o governo tendem a ser feitas por meio eletrônico, fazendo com que ele, cada vez mais, precise de um meio de avaliar a qualidade de seu portal eletrônico. Os portais eletrônicos de governo, em muitos casos, formam um conceito, que pode impactar na visão dos cidadãos sobre o governo (PAPADOMICHELAKI; MENTZAS, 2012).

Nesse sentido, destaca-se a rede mundial de computadores (*internet*), que viabiliza acesso aos conteúdos informacionais aos cidadãos, já que as informações podem ficar disponíveis por um longo período de tempo para serem consultadas de qualquer parte do mundo, relativizando o conceito de distância geográfica ao comparar as formas tradicionais de comunicação existentes (CRUZ *et al.*, 2012). Além disso, outra forma de perceber a importância das tecnologias da informação nas ações políticas ocorre quando se observa o crescimento de *sites* institucionais, utilizados como mecanismos de comunicação entre o governo e o cidadão (SANTOS, 2013).

Nesse contexto, Tavares, Cerquinho e Paula (2018) também ressaltam a importância de associar as possibilidades de participação cidadã por meio do uso da tecnologia para o atendimento das demandas sociais.

A frequência no uso de portais eletrônicos pode ser dar, pelos benefícios que esses meios proporcionam aos cidadãos, como, por exemplo, a disponibilização de serviços e informações em tempo real, integral e rápido, além das vantagens geradas ao governo, que consegue atingir uma demanda significativa da população com menor custo e amplitude na transparência de sua administração (FARACO, 2015).

A Constituição Federal (CF) de 1988 (BRASIL, 1988), no seu §3º do art. 37, determina que, para disciplinar a gestão da administração pública, esta deve editar leis e normativas. Assim, a fim de operacionalizar o princípio da publicidade, o governo vem editando leis e decretos, visando a percepção da importância de se modernizar as estruturas de apresentação de informações, de forma a permitir que a sociedade tenha ciência e acompanhe a gestão pública de modo mais transparente (BAIRRAL; SILVA; ALVES, 2015).

Neste sentido, algumas leis são criadas, estabelecendo regras de divulgação, tanto ativa como passiva, das informações e promovendo uma fase de mudança na relação dos cidadãos com os gestores públicos (BAIRRAL; SILVA; ALVES, 2015). Esta instrumentalização está expressa em dispositivos legais, como: Lei Complementar n. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF); Lei Federal n. 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI); Lei Federal n. 13.460/2017 (Lei de Defesa do Usuário); e, mais recentemente, Lei n. 14.129/2021 (Lei do Governo Aberto).

A forma de disponibilizar a informação e a relação desta no uso de Tecnologia de Informação e Comunicação é regida pela Lei de Acesso à Informação (LAI), a qual define, em seu art. 8º, que “é dever dos órgãos e entidades públicas promover independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas” (BRASIL, 2011).

O mesmo artigo, em seu §2º, legitima a utilização dos portais eletrônicos como um meio de divulgação, observando-se que, a despeito do *design* tecnológico adotado, os portais eletrônicos podem auxiliar, também, na difusão de informações para a sociedade (RAUPP; PINHO, 2013). Nesse sentido, a administração pública deve adotar mecanismos eficientes e inteligíveis para gerir as informações, a fim de possibilitar o acesso irrestrito à informação pública pelos meios eletrônicos (SANTOS, 2013).

Na administração pública, no Brasil, o fomento à pesquisa surgiu nos meados da década de 1950, com a criação das principais entidades públicas federais de fomento à pesquisa, quais sejam: a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

A partir da promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988, ocorreu forte estímulo para a criação de novas Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs), desta vez, contudo, em nível estadual, com a finalidade de vincular uma parcela da receita orçamentária estadual ao apoio à pesquisa, e fomentar a captação de recursos por meio da cooperação entre os diversos programas das agências e a esfera federal (CONDE, 2015).

Segundo Conde (2015), no contexto da administração pública estadual, por atuarem no desenvolvimento e na implantação de parcela importante da política de apoio ao Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação (SCT&I) as FAPs foram constituídas como agências governamentais. No cenário mundial de CT&I, o Brasil tem condições de se consolidar como um país de produção competitiva e portador de política arrojada, mas, para isso, não pode renunciar ao modelo protagonista das FAPs, que, contribui para seu sucesso (BORGES, 2011).

Atualmente, no Brasil, com exceção do estado de Roraima todos os estados da federação, incluindo o Distrito Federal possuem sua fundação de amparo à pesquisa. As FAPs compõem a estrutura da administração indireta, que visa o amparo à pesquisa científica, tecnológica e de inovação no país, incentivando tanto a formação como a fixação de pesquisadores por meio de pesquisas vinculadas às necessidades de cada região (CONDE, 2015).

Um aspecto importante relacionado à contribuição das FAPs como entidades de fomento à CT&I, existentes em quase todos os estados da federação, e a sua ascensão nacional diz respeito ao fato de que elas apresentam uma rede específica de abrangência nacional, de forma integral, o que é, consideravelmente, representativo visto as dimensões continentais do Brasil (BORGES, 2011).

Por conseguinte, a divulgação das informações na administração pública está amparada por um marco legal, assim como pelo emprego das TICs com a disponibilização dos *sites*, possibilitando análises quanto à disponibilidade e ao acesso às informações contidas nos portais eletrônicos das fundações estaduais de amparo, e quanto ao desenvolvimento e à aplicação dos incentivos alocados nas diversas linhas de pesquisa.

No entanto, verifica-se, nesse sentido, que os dados governamentais não são disponibilizados de modo centralizado, isto é, cada FAP possui seu próprio portal eletrônico

oficial. Assim, embora atendam aos aspectos legais inerentes às ações de transparência, os portais das FAPs podem apresentar características heterogêneas de recursos informacionais, além de grupos de dados, fragmentados em distintos ambientes de informação.

Tais fatos, certamente, sugerem estudos para mitigar as adversidades envolvidas no fluxo informacional, que abrange o compartilhamento de dados governamentais na *internet* (MOREIRA; VALENTIM; SANT'ANA, 2018). Em um estudo de Souza *et al.* (2019), referente ao portal de transparência do Ceará, a partir da percepção de analistas, técnicos e auxiliares de controle externo do TCE-CE, constatou-se que, quanto à abrangência das informações, 62,50% dos pesquisados consideraram positiva, mas 37,50% não concordaram que o sistema apresente informações completas para a tomada de decisão, apontando, logo, que faltam dados relevantes no portal. Em outro estudo, de Diniz (2015), também referente à transparência digital nos portais municipais cearense, ficou constatado que, apesar de serem divulgadas informações essenciais para estímulo à transparência, no tange à quantidade dos dados disponibilizados, o volume ainda é abaixo do esperado para a era da democracia eletrônica.

Assim, diante do exposto, isto é, a heterogeneidade das estruturas organizacionais das FAPs e a ausência de regulamentação que indique, explicitamente, quais informações devem ser veiculadas, e ainda da variabilidade do volume e da qualidade de informações que são divulgadas pelas FAPs, apresenta-se a seguinte questão de pesquisa: **Qual é a relação entre as características das FAPs e o volume de informações de fomento disponibilizadas nos seus portais eletrônicos?**

1.2 OBJETIVOS

Nesta subseção, apresentam-se o objetivo geral e os objetivos específicos desta pesquisa.

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo geral desta pesquisa é analisar a relação das características das FAPs com o volume de informações de fomento disponibilizadas nos seus portais eletrônicos.

1.2.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos são:

- Caracterizar as Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (FAPs) que fazem parte do escopo de análise;
- Identificar as informações de fomento veiculadas nos portais eletrônicos (*websites*) dessas FAPs;
- Mensurar o volume de informações de fomento nos portais eletrônicos (*websites*) com base nas dimensões estruturadas; e
- Correlacionar as características das FAPs com a quantidade de informações de fomento veiculadas nos portais eletrônicos (*websites*).

1.3 JUSTIFICATIVA

Na perspectiva teórica, este estudo deve contribuir para o desenvolvimento da discussão acerca da disponibilidade e do acesso a informações referentes ao fomento à pesquisa, disseminada nos portais eletrônicos das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa, de forma a abordar os aspectos inerentes ao conteúdo divulgado pela administração pública. Posto isso, a relevância está em apresentar uma análise, metódica e criteriosa, das informações referentes a políticas públicas, disponibilizadas na internet pelos governos, verificando se elas têm dimensões e profundidade adequadas (ROTHBERG; LIBERATO, 2013).

Desse modo, percebe-se que os portais eletrônicos constituem ambientes favoráveis e de fácil acesso para grande parte da população, mas também é um rico banco de dados para as pesquisas acadêmicas (JORGE; VENDRUSCOLO, 2020). Nos dias de hoje, com a perspectiva do uso dos meios de comunicação eletrônicos, especialmente com a *internet*, a transparência ativa ganhou importância, fazendo com que a informação seja publicada, disponível e acessível para todos (EIRÃO, 2018). Assim, a investigação quanto aos portais eletrônicos das FAPs permitirá identificar oportunidades de melhorias dos portais eletrônicos das FAPs, contribuindo para a identificação dos problemas do fluxo informacional, já observados em outros estudos.

A oportunidade de realizar uma pesquisa relacionada ao fomento à pesquisa e sua divulgação nos portais eletrônicos das FAPs possibilita a constatação de lacunas existentes na discussão dessas informações, com base em outros estudos, como o de Porto (2012) e Mezzaroba (2015), os quais indicam a possibilidade de investigação mais aguçada quanto à mensuração da transparência e do acesso às informações existentes nos portais eletrônicos.

Em 2016, os resultados da Pesquisa Brasileira de Mídia (PBM) demonstraram que a utilização da *internet* se consolidou como segunda opção na busca por informações, ficando atrás apenas da televisão. Aproximadamente, metade dos brasileiros (49%) declarou usar a *web* para obter notícias (primeira e segunda menções), percentual bem abaixo da TV (89%), mas acima do rádio (30%), dos jornais (12%) e das revistas (1%) (CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, 2016). Desse modo, torna-se evidente que a análise de como são divulgadas as informações nos portais eletrônicos (*websites*) das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa pode/deve ser utilizada por gestores públicos para estabelecer novos projetos de *websites*, de forma a auxiliar na promoção e melhoria da qualidade das informações disponibilizadas em suas páginas, e a consequente satisfação dos usuários.

Nesse sentido, Jorge e Vendruscolo (2020) afirmam que estudos sobre os portais eletrônicos das FAPs contribuem de forma prática ao indicar às fundações a necessidade de revisarem os conteúdos de seus portais, a fim de atender integralmente às práticas de evidenciação obrigatórias. Dessa maneira, a aplicação de uma análise quanto ao modo de divulgar as informações pode contribuir para o conhecimento e para a participação da sociedade nas ações de fomento à pesquisa, assim como para a gestão de informações e da comunicação pública, de forma a ampliar o acesso.

Logo, a forma como as informações são apresentadas e a disposição dos conteúdos nos portais eletrônicos devem ser componentes essenciais nos portais de governo, como meio de oportunizar um relacionamento mais claro entre o cidadão e o poder público. Isto indica como a comunicação pública é tratada pelo órgão de forma a refletir as características de gestão desenvolvida (SANTOS, 2018).

Sob uma perspectiva prática, observa-se que a transformação da Administração Pública em eletrônica, a partir da informatização da Administração Pública, revolucionou no modo de atuação administrativa e nos meios de conexão com os cidadãos, de forma a reduzir a marginalidade de grupos de indivíduos que ainda têm dificuldade de se adaptar às novas tecnologias, por questões individuais pessoais ou por inacessibilidade (STRINGARI, 2021).

Com isso, ainda segundo Stringari (2021), a previsão legal de acesso à informação presente nos portais do governo também é importante para que os cidadãos conheçam e pratiquem seus direitos, visto a disponibilidade de todas as informações concentradas para a população utilizar. Assim, se o portal não for acessível e não quebrar as barreiras de comunicação, esses potenciais usuários estarão impedidos de utilizar essa massa de informações de que necessitam, especialmente para o exercício da cidadania.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Nesta seção, abrangerá as ferramentas de Informação e Comunicação, destacando a *internet* e os portais eletrônicos como meio de divulgação da informação. Trata-se, ainda, do acesso à informação, da divulgação da informação na administração pública e das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa.

2.1 A INFORMAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A relação duradoura entre o Estado e a sociedade, como parte das funcionalidades típicas da administração pública, é exercida por meio dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Tais funcionalidades são proporcionadas com a constituição de seus órgãos executores, os quais, agrupados, compõem a administração pública. Nesse sentido, o controle de contas da administração pública é realizado ou pautado pela incumbência de aprimorar as ligações entre a sociedade e o Estado (PEREIRA, 2014).

Nessa linha, com vistas à implementação de novas tecnologias de informação e comunicação, observa-se uma evolução nos mecanismos de comunicação desenvolvidos pela administração pública, que contribuíram para o processo de digitalização do governo, especialmente com a imposição de processos eletrônicos e serviços públicos digitais (SCHIEFLER; CRISTÓVAM; SOUSA, 2020).

Para Platt Neto, Cruz e Viera (2006), diante de questões conceituais e da legislação vigente, o uso da *internet* como ferramenta de publicidade associada à transparência pública confirmou a necessidade e a obrigatoriedade de os entes públicos divulgarem suas informações na rede. Na gestão fiscal responsável, a transparência é considerada um princípio atado ao princípio constitucional da publicidade e, correlacionado a isso, está o destaque recente recebido na utilização da *internet* para a difusão das informações públicas.

Nesse sentido, as atuações de comunicação, otimizadas pelo potencial participativo da *internet*, conseguem apresentar maior transparência e prestação de contas. O avanço nas tecnologias de informação e comunicação tem sido fundamental para a busca de novas formas de prestação de contas, nas relações entre o Estado e a sociedade, bem como tem constituído um “recurso interativo para conhecimento e discussão de assuntos de interesse público” (MATOS, 2009, p. 72).

Observa-se, ainda, a necessidade de as instituições públicas buscarem mecanismos de comunicação, que se façam presentes na divulgação de suas informações, garantindo ligações

afinadas junto à população, a partir de normas e diretrizes legais que promovam a publicidade com eficiência e qualidade. Tais mecanismos serão capazes de proporcionar uma evolução, no diálogo com a sociedade, ao transmitirem informação real e eficiente às demais pessoas do meio virtual (SILVA; RIBEIRO; SILVA FILHO, 2018).

Resumindo, a informação repercute sobremaneira na interação entre a sociedade e a administração pública, e o interesse nos estudos deve levar em consideração o modo como a informação e o seu acesso no meio público são tratados.

2.1.1 A informação pública e seu acesso

No ordenamento jurídico, é bastante recente o estabelecimento de mecanismos de acesso à informação pública. No período da ditadura militar, por exemplo, as ações governamentais eram munidas de um sigilo quase absoluto, ordenado com o argumento de supostos motivos de segurança nacional (LOPES, 2007).

Mesmo nos poucos períodos democráticos, antes ao golpe de 1964, a preocupação com a transparência nas ações governamentais praticamente inexistia. Ademais, os atributos da gestão patrimonialista, pré-burocrática eram, por óbvio prevalentes, impossibilitando, de fato, qualquer aparecimento de movimento pró-transparência (LOPES, 2007).

Posto isso, trazendo para debate os fatores latentes relacionados à informação pública, apresenta-se o seguinte conceito:

[...] informação pública é um bem público, tangível ou intangível, com forma de expressão gráfica, sonora e/ou iconográfica, que consiste num patrimônio cultural de uso comum da sociedade e de propriedade das entidades/instituições públicas da administração centralizada, das autarquias e das fundações públicas. A informação pública pode ser produzida pela administração pública ou, simplesmente, estar em poder dela, sem o *status* de sigilo para que esteja disponível ao interesse público/coletivo da sociedade. Quando acessível à sociedade, a informação pública tem o poder de afetar elementos do ambiente, reconfigurando a estrutura social (BATISTA, 2010, p. 40).

Na atualidade, o direito de acesso à informação pública é tido como um direito humano fundamental, reconhecido, em vários continentes, por organismos internacionais, como: a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Organização dos Estados Americanos (OEA), a Organização para Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), a Organização da Unidade Africana e a *Commonwealth Expert Group Meeting*, uma associação de territórios autônomos, mas dependentes do Reino Unido (BATISTA, 2012).

Para Lopes (2007), mesmo existindo desde 1766 a legislação referente ao acesso público à informação, quando a Suécia foi pioneira ao divulgar um marco legal quanto ao acesso público a documentos oficiais, o “*Swedish Freedom of the Press Act*”, somente na década de 1980 ocorreu a real disseminação das leis sobre este assunto no mundo (GOMES, 2020).

A principal explicação para essa expansão, após tanto tempo, da transparência se deve à profunda mudança na ordenação mundial, sobretudo no início dos anos 1980, com o declínio de governos, tanto da direita como da esquerda, de vários governos autoritários e do surgimento de inúmeras democracias em Estados definidos, anteriormente, como ditaduras (LOPES, 2007). Lopes (2007) ressalta, ainda, que as significativas mudanças políticas de regime tornaram necessário inovar as leis dos países, com a promulgação de constituições, nas quais as sustentações “liberdade de expressão” e “acesso à informação” se tornaram quase que inalteradamente obrigatórias.

A finalidade do acesso às informações pelos cidadãos foi estabelecida como forma de propiciar maior fiscalização e controle dos dispêndios de recursos públicos, constituindo um meio de evitar que casos de corrupção aconteçam (MOLINA, 2015). O acesso à informação pública também não se apresenta como algo novo quanto à sua aplicação no campo jurídico. Vários países, a partir do estudo de tratados e convenções, já marcavam o direito à informação como algo primordial, há mais de dois séculos (GOMES, 2020).

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 5º, inciso XIV, prevê o resguardo do direito de acesso à informação a todos, e, mais adiante, em seu art. 37º, §1º, dispõe: “a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social”. Na apreciação de Gomes (2020, p.22), a Constituição Federal de 1988 estabeleceu, no Brasil:

[...] o acesso à informação como um direito fundamental e ademais determinou que a gestão de documentos é o meio necessário para que o direito de acesso à informação seja concretizado, impondo à administração pública o dever de promover a gestão de documentos para franquear a consulta aos documentos públicos e às informações a quantos deles necessitem. A partir da CF/88, surgem diversos dispositivos legais complementando o direito de acesso às informações públicas.

Contudo, frente aos avanços tecnológicos da contemporaneidade, verificou-se que este princípio de 1988 perdeu a eficácia. Assim, em 18 de novembro de 2011, foi aprovada a Lei n. 12.527, popularmente conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), na qual foram implementadas várias normativas às instituições públicas, em diversos níveis governamentais,

visando possibilitarem o acesso à informação pública e à transparência aos cidadãos (SILVA; FROM; CONTE, 2018).

Para a maioria dos usuários, o acesso à informação necessita ser dinâmico, hábil, intuitivo e disponível em qualquer localidade, com um serviço eficiente de busca. O ponto central da LAI é o cidadão, e sua conexão político-jurídica é a salvaguarda de acesso à informação ao cidadão, disponibilizada pelo Estado (LETOUZE, 2020).

Em um estudo de Jardim (2012), que avaliou a aplicação da LAI frente às demandas de informação, observou-se que o desafio de sua aplicabilidade é que o núcleo desse ordenamento jurídico é o cidadão, contudo, em uma ordenação equivalente no plano informacional, isso não corresponde. Sendo assim, observou-se, ainda, no mesmo estudo, não ser possível diminuir essa defasagem entre a LAI e as condições reais de acesso à informação, visto não constar no dispositivo legal. O panorama informacional público brasileiro, com raras exceções, acha-se, em geral, abaixo das demandas da LAI e das possibilidades de fazer expressão aos direitos de acesso à informação por parte da sociedade (JARDIM, 2012).

Partindo do preceito e dos princípios maiores da publicidade na administração pública, a Lei de Acesso à Informação, tendo no sigilo a exceção, apresenta, no seu art. 3º, a seguinte indicação:

Art. 3º Divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações; [...] utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação [...] fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública [...] desenvolvimento do controle social da administração pública (BRASIL, 2011).

A LAI constitui referência fundamental na rota normativa brasileira. Desde a Constituição Federal de 1988, a transparência e o acesso à informação estavam previstos como direitos do cidadão e dever do Estado, mas foi a LAI (Lei n. 12.527/2011), que estabeleceu este direito fundamental, com obrigatoriedade de atendimento por todas as entidades (CALEFFI, 2016). Entre os preceitos advindos da referida lei, no seu art. 3º, destacam-se:

Entre as diretrizes trazida pela mencionada lei, no seu art. 3º A observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção; a divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações; a utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação; o fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública; e o desenvolvimento do controle social (CALEFFI, p. 21, 2016).

Desse modo, o acesso a informações públicas, como um instrumento fundamental, permite que os cidadãos obtenham conhecimento a respeito dos atos realizados pelos gestores

públicos, por isso o formato desses dados deve seguir parâmetros razoáveis de clareza e de utilidade, já que seu uso deve resultar em apoio para o processo de controle e fiscalização no meio estatal, e para a boa governança (CALEFFI, 2016). Por sua vez, quanto às contas públicas, especificamente as contábil-financeiras e orçamentárias, o acesso à informação propicia à sociedade seguir os agentes públicos na execução dos recursos públicos, com destaque aos instrumentos de transparência (GAMA; RODRIGUES, 2016).

Elaborada com a intenção de viabilizar acesso às informações públicas, a LAI se fundamenta no emprego dos mecanismos de comunicação, oportunizados pela tecnologia da informação para promover a cultura da transparência na administração pública, avançando no controle social (BRASIL, 2011). Sustentados pela LAI, os órgãos e as entidades públicas precisam empregar mecanismos que permitam a divulgação das informações nos portais oficiais pela *internet*, comumente tidos como portais da transparência (BARTOLUZZIO *et al.*, 2019). Entretanto, no emprego desses mecanismos, é indispensável que as políticas e ações na gestão informacional sejam integradas ao método de estabelecimento da Lei de Acesso à Informação (JARDIM, 2012).

Merece atenção, também, outro aspecto inerente à LAI, refere-se ao impacto na inserção das tecnologias de comunicação na gestão pública brasileira (NOGUEIRA JR., 2019). Desde a promulgação desta Lei, houve um abalo considerável na Ciência da Informação no tocante aos arquivos físicos, visto a necessidade de ajustes ao novo modelo. Assim, os profissionais desta área passaram a refletir de forma contundente sobre seu dever em garantir o acesso à informação pública e quanto ao aspecto como esse acesso deveria ocorrer. Era preciso que a informação fosse publicada de forma apropriada, de maneira eficaz e suficiente para atender às necessidades informacionais dos usuários.

Salienta-se, contudo, que a aplicação da LAI excede esses assuntos, posto que a essência de uma verdadeira democracia pressupõe a indiscutibilidade ao cidadão de acessar todas as informações públicas concebidas e/ou tuteladas pelas entidades da administração direta (União, Estados, Distrito Federal e Municípios e todos os seus órgãos integrantes), bem como dos entes da administração pública indireta, englobando as empresas públicas, as fundações públicas, as sociedades de economia mista, autarquias e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelas instituições públicas (EVANGELISTA *et al.*, 2020).

Para os autores a maneira rápida, transparente e precisa de acesso à informação é um dos principais objetivos das unidades informacionais, e envolve uma proporção ética de valor moral nas atividades de organização do conhecimento. Este fato se evidencia, porque a Lei de

Acesso à Informação possui, dentre outras finalidades, o propósito de regulamentar o direito fundamental do acesso à informação, vigente constitucionalmente.

Evangelista *et al.* (2020) argumentam que o texto constitucional traz implícito o princípio da transparência e que se ocupa, principalmente, de dois pontos: o da publicidade, explicitada na Constituição Federal; e o da linguagem clara e acessível da informação disponibilizada.

Apesar de os aprimoramentos normativos já terem apresentado conquistas, como a promulgação de leis que fizeram com que as ações políticas tivessem mais transparência, o duelo pelo direito de acesso à informação pública no Brasil tem ainda um longo trajeto a ser percorrido (BATISTA, 2012). A melhoria factual do direito ao acesso à informação pública, segundo Batista (2012), acontecerá a partir da organização dos arquivos físicos e virtuais, da divulgação desses espaços e seus serviços, permitindo que a sociedade, por meio da organização, da comunicação e da intercessão dialógica, se aproprie de todos esses recursos.

Nesse sentido, simultaneamente à conquista da legalidade do acesso à informação pública, deve acontecer, igualmente, o enfrentamento pelo direito a uma política de informação pública, que possibilite à sociedade exercer o direito de conhecer e de se apoderar da informação, através da estruturação dos espaços e serviços (BATISTA, 2012).

Em sua pesquisa sobre os portais de informações, Antunes (2018) constatou haver uma dissociação entre as informações sugeridas nos normativos e as que realmente são disponibilizadas. De forma geral, considerando aspectos como navegabilidade, usabilidade e acessibilidade, o estudo apontou que os portais são razoáveis, entretanto, os portais do Poder Executivo e dos Estados Federados ficaram entre as piores avaliações. Antunes (2018) justificou esses resultados pelo fato de as informações disponibilizadas serem parcialmente relevantes e seu volume não ser satisfatório, além de as informações não atenderem as necessidades de conhecimento dos usuários, e nem despertar o interesse de participação do processo decisório. Por fim, ele ressalta que as informações apresentadas pelos órgãos públicos estão longe de ter efetividade suficiente para responder ao princípio da transparência, além do que se recomenda procurar o planejamento da comunicação pública de forma ampla (ANTUNES, 2018).

Portanto, considerando todas as perspectivas de acesso à informação pública e o arcabouço jurídico que propicia esta condição de acesso, muitos desafios estão postos para a admissão de sistema eficiente de acesso a essas informações. Contudo, observa-se que o governo vem buscando ferramentas, visando mitigar essas discordâncias entre a informação e o sistema de acesso a ela.

2.2 INSTRUMENTO DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Com o avanço tecnológico das mídias, tornou-se usual as pessoas e as organizações governamentais e não governamentais adquirirem equipamentos tecnológicos, assim como utilizarem as redes sociais para se comunicar, fazer compras *on-line* e desfrutar de outros serviços no ambiente virtual. Isso tem proporcionado um cenário informatizado na sociedade, que se comunica em rede e se dinamiza diante das novas possibilidades que se apresentam com o advento de avançadas tecnologias, oferecidas a todos os segmentos da sociedade civil. Para a administração pública, esse avanço oportuniza novas formas de aprimoramento do fluxo informacional e a execução dos processos internos, na relação com fornecedores, além de possibilitar a abertura de um meio de comunicação e diálogo com os cidadãos (LUCIANO; CARNIELLO, 2014).

Na primeira década do século XXI, segundo Luciano e Carniello (2014), se consolidou o avanço tecnológico, com a comunicação móvel e a habilitação da informática, que se tornou um mecanismo descentralizador e difusor do controle da informação, concretizando os programas multimídia e transmídia, incrementando e potencializando a comunicação recíproca, tornando a conexão mais acessível ao cidadão. Nesse contexto, ressalta-se o entendimento de que “a gestão pública brasileira tem a responsabilidade de disponibilizar informações para a sociedade e, como meio facilitador deste processo, faz uso dos recursos oferecidos pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs)” (LUCIANO; CARNIELLO, 2014, p. 119).

A Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) é considerada, pela gestão pública, um relevante mecanismo para atingir objetivos, tais como o melhoramento na qualidade dos serviços públicos, o baixo custo e o acréscimo da transparência. Assim, expansão da infraestrutura de TIC é uma consequência favorável ao incremento do Governo eletrônico, abreviado como e-gov, e da *internet* (PRZEYBILOVICZ; CUNHA; MEIRELLES, 2018).

Sobre o objetivo e o valor dessas tecnologias no processo de modernização governamental, reforça-se como fundamental mecanismo de modernização do governo, as TICs auxiliam como tecnologias mediadoras de forma a apoiar a relação entre os governos e os cidadãos. O propósito da utilização de tecnologias de mediação na governança do setor público visa trazer é trazer melhor transparência, ampliar a participação dos cidadãos na construção de políticas públicas, expandir a cooperação com os cidadãos comuns e transformar a administração público em algo eficiente e transparente (CAMARGO, 2016).

Ainda segundo Camargo (2016), as TICs podem permitir maior acesso às informações governamentais e propiciam experiências em redes de participação cidadãs, tornando-se, assim, uma ferramenta que fortalece o processo democrático, possibilitando formas mais interativas e multifuncionais de diálogo, uma vez que, para o exercício da cidadania e da participação, o direito à informação de qualidade é essencial e necessário. E é nesse sentido que a capacidade de comunicação pública digital, de proporcionar canais e ferramentas democráticas, oportuniza a aquisição de informações e a inserção do cidadão nos debates e decisões.

O aumento na disseminação do uso das TICs facilitou a conexão, em todos os âmbitos e sentidos, de modo nunca visto na história mundial, amparando a interação da sociedade contemporânea, composta por divergentes vivências e circunstâncias locais, regionais e continentais, nas quais a informação se tornou o centro das atenções, tanto no ambiente profissional e social, como no ambiente pessoal (SILVA, 2019).

Meijer (2015), em seu estudo numa perspectiva histórica da transparência na Holanda, ressalta que muitas análises de transparência governamental convergem para desenvolvimentos futuros. A formação adquirida a partir das tecnologias de comunicação é vista como um importante impulsionador de transparência, e que pode ser representada pela informação postada nos *sites* do governo.

Segundo Silva (2019), com o advento da *internet*, a expectativa era que a utilização das novas tecnologias de informação resultaria em maior participação social. Superando essa expectativa e como consequência, a *internet* proporcionou também um crescimento nas informações disponibilizadas em meios tradicionais (jornais, revistas, rádio entre outros), diminuindo os custos da atuação política e possibilitando que distintos participantes pudessem se relacionar por meio do diálogo, em trocas de *e-mails*, *chats* e grupos eletrônicos de discussão.

2.2.1 Internet

A partir de 1994, a *internet* passou a fazer parte do dia a dia das pessoas, tornando-se o ambiente de relacionamento virtual hoje utilizado continuamente. Antes dessa propagação, esse meio de rede mundial era restrito ao meio acadêmico e outras poucas comunidades, para, então, a partir deste ano, ser disponibilizado ao público brasileiro em geral. Desse modo, conta-se, portanto, com duas décadas de disponibilização da *internet* comercial (LINS, 2013).

O surgimento da *internet*, no entanto, adveio bem antes de 1994 pois, na década de 1960, os EUA já a desenvolvia, no empenho de buscar a eficácia do seu sistema de defesa, visando dotar a comunidade científica militar de uma rede de comunicação que conseguisse escapar a um ataque nuclear. A concepção, oposto de outras redes presentes, era bastante simples e seu controle ocorria de forma centralizada, constituindo uma rede na qual cada equipamento era um pouco autônomo e a comunicação ocorria de forma partilhada (LINS, 2013).

A *internet* envolve, assim, as gerações mais jovens, que nasceram após sua consolidação, se acostumaram, desde crianças, a usá-la para o lazer, para a interação com família, colegas, com outras pessoas e com a comunidade em geral, para estudo e para obtenção de informações. O acesso à informação que acontece via *internet* atua como um condutor de comunicação que inovou a distribuição de informações em todo o planeta, prosperando em virtude de sua velocidade, flexibilidade e adaptabilidade, num mundo em contínua mudança (CASTELLS, 2003).

Assim sendo, a relevância desse meio de repasse de informações e de comunicação está no fato de que: “*Internet* é o tecido de nossas vidas”. A importância da eletricidade na Era Industrial se equipara hoje a tecnologia da informação a partir da *internet* que poderia ser considerada a rede elétrica ou mesmo o motor elétrico, devido sua razão de sua aptidão de disseminar a robustez da informação a todas as áreas da atividade humana (CASTELLS, 2003. p. 7).

Em outra linha de definição a *internet* é: o ambiente coletivo de perpetuação dos direitos fundamentais das pessoas, isto é direito de comunicar, de se informar, de se educar e procurar cultura ou mesmo expressar suas opiniões políticas. Ademais, tem papel principal para os Estados, considerando que os Poderes Públicos operam em imensa maioria na *internet* como, em caso, na emissão de documentos, nas atividades dos sistemas: tributário, financeiro, previdenciário, eleitoral, entre outros (SILVA; LOPES; OLIVEIRA, 2015, p. 5).

Configurando-se como um novo meio de acesso à informação, a *internet* se popularizou depressa, ampliando e aperfeiçoando o atendimento às necessidades de todas as espécies de público. Na atualidade, a *internet* se tornou um dos mais importantes meios de comunicação e informação à disposição da população; hábil para divulgar informações com celeridade, a uma velocidade admirável, e para uma quantidade expressiva de pessoas (SILVA, 2019).

Isso, sem dúvida, acarretou mudanças na estrutura da informação em si, que passou a ser percebida, consumida e disseminada de forma diferente de outrora. A *internet*, por sua

vez, se tornou um mecanismo de compartilhamento e de percepção da informação, visto que, com ela, a informação passou a ser formada por *hiperlinks*, imagens e vídeos, empregados concomitantemente com a transmissão de mensagens (SILVA, 2019).

Outro aspecto importante a ser ressaltado diz respeito à criação e à disseminação da informação na *internet*, que passou a ser descentralizada e distribuída para toda a rede. Em outras palavras, qualquer pessoa que utiliza a *internet* é diretamente um potencial gerador de conteúdo, mesmo que por meio de pequenas inserções, como, por exemplo, postar e comentar algo em um *site*, ou mesmo compartilhar uma notícia; ou por ações mais robustas, como com a criação e o gerenciamento de um *blog*, postagens de vídeos, *podcasts*, dentre outros.

Para Silva (2019), não existem barreiras definidas para a criação ou para a transmissão de informações na *internet*, permitindo, desse modo, a construção de uma complexa rede de elaboração, divulgação e validação de informações, com a interligação das ações da rede acontecendo, possivelmente, entre todos os seus integrantes.

A partir dessa concepção das novas tecnologias de informação, observou-se que:

[...] a *internet* ampliou muito rapidamente o seu poder de integração e compatibilização de mídias, programas e sistemas comunicacionais. E seu caráter digital vem permitindo que se estabeleçam modelos efetivamente interativos de comunicação. Dentro desse contexto midiático estão se configurando formas de relacionamentos interpessoais e coletivos, bem como entre pessoas e organizações, baseadas em laços fracos, mas com tendência a se tornarem bem mais fortes a partir das condições interativas disponíveis a ambas as partes (NICOLAU, 2011, p. 2).

Em uma sociedade, com ofertas crescentes de acesso à informação via *internet* e meios eletrônicos, espera-se ter atores que disponibilizem, de forma rápida, todas as informações indispensáveis para se acompanhar, simultaneamente, as ações dos agentes públicos no dia a dia da administração pública (MACHADO, 2012).

Segundo ressalta Azevedo (2016), a *internet* desfez paradigmas, constituiu um planeta novo, estabeleceu novas formas de entendimento e construiu canais de inovação de ideias e conceitos, além de oportunizar o aumento da fragmentação da nossa identidade, inspirando a sociedade contemporânea a produzir estruturas e alterar o modo de ser do indivíduo.

Atualmente, em um mundo globalizado, a sociedade vive conectada em rede através das mídias, por meio da *Internet*, resultando em transformações sociais, econômicas, tecnológicas e culturais. Assim sendo, em um país conduzido por um sistema democrático de direitos, é essencial e indispensável a atuação da sociedade no controle das ações de seus governantes. Observa-se que, por isso, a presença da *internet* na gestão governamental propicia ao aparato administrativo estar mais próximo do cidadão e mais eficiente na

concretização de seus objetivos, por meio das técnicas dos sistemas de informática e de comunicação (MACHADO, 2012).

Nesse sentido, considerando a conectividade cada vez maior da população brasileira, foi realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), constatando que 82,7% dos domicílios brasileiros possuíam acesso à *internet*, que representava 3,6% a mais que no ano anterior (2018). Esse aumento ocorreu de maneira mais significativa na área rural, onde o percentual cresceu 6,4%, sendo que, em 2018, o acesso à *internet* já existia em 49,2% dos domicílios, e em 2019 foi para 55,6% (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019).

Essa mesma pesquisa mostrou ainda que, nos domicílios urbanos, o uso da *internet* também aumentou saltando de 83,8%, em 2018, para 86,7%, em 2019, sendo que nas grandes regiões do país também foram observados crescimentos, como foi o caso da região nordeste, por exemplo, que teve uma evolução de 5,2% entre o ano de 2018 e 2019, com 69,1% para 74,3%.

Araujo, Reinhard e Cunha (2018), em estudo, relacionado à disponibilidade de acesso e uso da *internet*, constataram que em todas as classes socioeconômicas, o principal local de acesso é a residência das pessoas. Todavia, enquanto nas classes A e B o acesso à *internet* é quase que restrito ao ambiente da casa ou do trabalho (95,2%); nas classes C, D e E, outros locais aparecem, como, por exemplo, a casa de outra pessoa (terceiro lugar na preferência da classe C, e segundo lugar na preferência das classes D e E). Portanto, a pesquisa constatou a baixa escolha dos usuários em relação aos telecentros (locais públicos de acesso gratuito) e *lan houses* (locais públicos de acesso pago), locais considerados alvo da inclusão digital através de políticas públicas. (ARAUJO; REINHARD; CUNHA, 2018). Assim, o estudo apontou que as classes sociais A e B têm acesso à *internet* em casa ou no trabalho. No caso das classes sociais C, D e E, as dinâmicas de acesso à *internet* são diferentes, ocorrendo, na sua maioria, em casa de terceiros ou telecentros e *lan houses*, e isto influencia na possibilidade de acesso aos serviços e-gov. A investigação demonstrou que este grupo de acesso à *internet* em *lan houses* ou na casa de outra pessoa, advém do grupo que tem competência de uso limitado, apresentado como um grupo com poucas oportunidades de utilizar serviços de e-gov. A consequência disso reforça que a acesso à *internet* em telecentros e *lan houses* não se mostrou efetivo no aumento da oportunidade de utilizar serviços de e-gov.

A partir da constatação de ampliação da disponibilidade de acesso à rede mundial de computadores, Moreira, Valentim e Sant'ana (2018) afirmam que a *internet* se apresenta como um meio singular para proporcionar compartilhamento de dados de modo dialógico,

contanto que as ações considerem os requisitos que propiciam o ajuste dos dados e de suas formas de acesso aos recursos públicos e de suas circunstâncias. Destaca-se, assim, que o “uso da *internet* como tecnologia de compartilhamento de dados pode proporcionar alternativas para a ampliação da transparência pública e participação democrática do cidadão, desde que condicionada aos processos de governança e de cidadania” (MOREIRA; VALENTIM; SANT’ANA, 2018, p. 303).

Corroborando essa concepção, segundo Farah (2008), a disseminação de políticas e programas governamentais age como um condutor de motivação de várias instituições e atores, sendo que a *internet* é a ferramenta que auxilia no processo de integração entre a sociedade e o Estado.

Quando se observa seu marco regulatório, em consonância com os níveis internacionais, o Brasil é bastante robusto e assertivo no desenvolvimento de ambientes na *Internet*. Contudo, observam-se problemas de efetivação em algumas áreas e limitações significativas no que tange à conectividade das pessoas (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, A CULTURA, CIÊNCIA - UNESCO, 2021). Este relatório da UNESCO constatou que, mesmo com o aumento no acesso à *internet* pelos brasileiros, ainda existem desigualdades na utilização e na apropriação das TICs, apontadas como elementos de questões mais críticas para o incremento da *internet* no Brasil.

Para Silva, Lopes e Oliveira (2015), a expansão do uso da *internet* no país foi fator determinante para o desenvolvimento de diversas atividades relacionadas ao atendimento do público em geral, tanto na procura por serviços de utilidade pública, econômicos, como financeiros. Desse modo, a *internet* passou a ser utilizada também como uma ferramenta que possibilita maior interação entre a administração pública e a sociedade, por meio do compartilhamento de dados e informações (MOREIRA; VALENTIM; SANT’ANA, 2018).

De forma simultânea, as mudanças no Estado e na administração pública, decorrentes do incremento das tecnologias de informação e comunicação, provocaram uma revolução na sociedade nas formas como as pessoas se relacionam, tanto entre os cidadãos, como entre as diversas esferas do governo e entre as instituições em geral (SILVA; VICENTIN, 2018). Enfim, para Silva e Vicentin (2018), a *internet* representa a principal ferramenta dessa revolução, pela qual os entes públicos buscam se conectar com os cidadãos, utilizando inúmeros canais, sendo os portais governamentais um dos principais acessos comunicacionais da contemporaneidade, onde são disponibilizadas informações, conteúdos e serviços que a administração pública entende serem pertinentes.

Nesse sentido, na próxima seção, será detalhada a utilização dos portais eletrônicos na esfera pública, como forma de transparência e prestação de contas com a sociedade.

2.2.2 Portais eletrônicos (*website*)

Nesta seção, discutem-se as diferentes perspectivas sobre a utilidade e o uso dos portais eletrônicos (*websites*) como meios de divulgação da informação. Assim, propiciando mecanismos de divulgação de informações:

Atualmente, os portais de acesso eletrônicos são os meios mais fáceis para que o governo publique seus dados e os tornem mais acessíveis ao cidadão, uma vez que a *Internet* permite acesso em tempo real às informações, facilitando tanto a atualização como o acesso pela população às informações públicas (SANTOS, 2017, p. 77).

No entanto, para que isto ocorra, reforça-se que é necessário que os governos invistam na disponibilidade das informações sobre a gestão pública e aprimorem o conteúdo existente nos *websites* (ROTHBERG; LIBERATO, 2013).

Nesse sentido, um portal, denominado também de *website*, é:

[...] uma página na *Internet* a partir do qual todos os serviços e informações da organização podem ser acessados. Quando essa organização é governamental, o portal é também um ‘cartão de visita’, um ‘palanque eletrônico’, que permite divulgar ideias 24 horas por dia, todos os dias da semana; é ainda um canal de comunicação entre Governos e cidadãos que possibilita a estes exercitar a cidadania e aperfeiçoar a democracia (AKUTSU, 2009, p. 22).

Os portais agrupam vários serviços ofertados por meio eletrônico, de modo a ofertar opções aos usuários quanto às necessidades e expectativas que apresentam quando do acesso à rede (BARBALHO, 2004). A forma como a informação se apresenta para ser utilizada pelo usuário, segundo Barbalho (2004), é um fator significativo para a incorporação da oferta de serviços conforme a demanda de solicitações, de maneira a estabelecer, na rede, uma ligação entre as duas dimensões da vida: a real e a virtual.

Os portais eletrônicos (*websites*) caracterizam-se, segundo Raupp (2014, p. 151), como “um importante instrumento para a troca de informações e para permitir a participação dos cidadãos nos esforços de tomada de decisões sobre importantes assuntos que interessam a coletividade”. Dessa maneira, a legitimidade dos portais eletrônicos carece de acompanhamento periódico, de modo a avaliar sua efetividade em relação aos cidadãos que os utilizam. Para que os portais eletrônicos cumpram seu papel primordial de informar e

assegurar a total clareza na execução das políticas governamentais, é indispensável que seja avaliado e aprimorado continuamente (RAUPP; ABREU, E.; ABREU, M., 2015).

Desse modo, na concepção de Diniz (2015, p. 22), “os portais eletrônicos governamentais podem ser considerados como locais de interação dos cidadãos com os governantes, favorecendo a formação de um ambiente coletivo de decisão e diálogo”. Observa-se, portanto, que os portais se apresentam como um mecanismo de fomento, transparência e interatividade entre o governo e a sociedade, uma vez que ampliam o ambiente para a prática da cidadania e democracia.

Os *websites*, que se configuram como *sites* públicos, proporcionam aos cidadãos um meio para utilizarem um conjunto de serviços (RAUPP; PINHO, 2011). Sabe-se que, no Brasil, muitas instituições públicas utilizam os portais eletrônicos como forma de facilitar seu acesso à população, ou seja, disponibilizando informações, serviços e caminhos propiciam o contato direto com o cidadão, atuando ambos os atores de forma participativa (SILVA; RUE, 2015).

As iniciativas de governo eletrônico, no Brasil, surgiram na década de 1990, ainda, em grande parte, passivas e não integradas. Sendo assim, os primeiros portais eletrônicos governamentais contavam com uma estrutura simples e ofereciam acesso limitado a informações, como regulamentos, editais de compras governamentais, documentos e informações sobre os serviços públicos disponíveis presencialmente, ou direcionavam o usuário a outras opções de contato, por meio telefônico ou presencial, de modo a alcançarem a informação buscada (MESQUITA, 2019).

A partir daí, a divulgação de informações em portais governamentais tornou-se um desafio para a área de tecnologia da informação dos governos, principalmente após a regulamentação, por lei, da transparência pública (ABDALA; TORRES, 2016). Em 2009, foi aprovada a Lei da Transparência – Lei Complementar n. 131/2009, elaborada para complementar a atuação da Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei n. 101/2000; complementadas, posteriormente, pela Lei de Acesso à Informação - Lei n. 12.527/2011.

Historicamente, porém, como primeira iniciativa legal, no sentido de incorporar a obrigatoriedade da divulgação de informações das contas públicas na *Internet*, já vigorava a Lei n. 9.755/1998, que criou a página da *Internet (homepage)*: Contas Públicas do Brasil, vinculada ao Tribunal de Contas da União (TCU). Desde então, outras iniciativas ocorreram na esfera federal, como a edição do Decreto n. 4.923, de 18 de dezembro de 2003, que criou e dispôs sobre a composição e o funcionamento do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção; e o Decreto n. 5.482/2005, que determinou a divulgação de dados e

informações pelos órgãos e entidades da administração pública federal através da *internet*, destacando-se o seu art. 2º, que dispõe sobre a atuação da sociedade na construção da política urbana, por meio do acompanhamento de estratégias, programas e projetos de desenvolvimento público (SANT'ANA, 2009).

Segundo Abdala e Torres (2016), o fator avanço tecnológico interferiu, inclusive, na definição das legislações, forçando os governos a buscarem mecanismos e formas de produzir, estruturar e disponibilizar informações através de um método direto e rápido. Nesse sentido, a alternativa que se mostrou mais eficiente foi o desenvolvimento de portais eletrônicos governamentais.

Mesmo assim, ainda no entendimento de Abdala e Torres (2016), constata-se a falta de uma visão mais abrangente em relação ao processo de acesso à informação, envolvendo a sociedade e seu interesse sobre o conteúdo disponibilizado. Essa visão mais abrangente faria com que a constituição dos portais não se limitasse a um mero mecanismo de cumprimento legal, servindo apenas para reforçar a encenação da participação social pelo meio eletrônico.

Vale ressaltar, nesse caso, que o arcabouço legal da transparência pública obriga todas as entidades gestoras de recursos públicos a disponibilizarem determinadas informações orçamentárias e financeiras mensalmente por meio de *websites* (PLATT NETO; CRUZ; VIERA, 2006).

Deste modo, com base na publicação das informações dos órgãos federativos nos portais governamentais, evidencia-se a ação dos gestores públicos, permitindo à sociedade exercer sua cidadania por meio do controle social. Contudo, embora o advento da publicidade governamental venha tornando transparente todos os atos e gastos do poder público, de maneira a permitir o controle pela sociedade sobre como os recursos recolhidos estão sendo utilizados, trazendo consigo a efetividade desse controle social, existem obstáculos inerentes às próprias informações, seja pelas dificuldades de compreensão, ou mesmo pelas dificuldades de encontrar o que se busca nos portais (SOUSA; AMURIM; SOARES, 2020).

Em uma análise do conteúdo dos portais eletrônicos dos municípios de Santa Catarina, Raupp (2014) concluiu que as informações disponibilizadas não apresentam condições efetivas de prestação de contas. Assim, segundo Raupp (2014, p. 158), os resultados demonstraram que “os portais eletrônicos encontram-se em um estágio de murais eletrônicos e não como promotores de incentivos ao exercício da democracia”, o que chamou atenção, dada a importância do poder público. Isso indica que os portais eletrônicos (*websites*)

apresentam dados, que não constituem informações capazes de gerar entendimento e conhecimento sobre a esfera pública.

Segundo levantamento realizado por Bartoluzzio *et al.* (2019), buscando compreender de que maneira acontecem as demandas da sociedade sobre os portais, os resultados evidenciaram que 72% das pessoas consultadas consideram o portal um mecanismo capaz de aproximar o governo do cidadão. Outro resultado mostrou que 82% dos entrevistados declararam terem acessado os *websites*, indicando que apesar das dificuldades de acesso e de uso das informações, os portais constituem um mecanismo de proximidade entre a sociedade e a administração pública.

Segundo Daher (2017), nessa concepção, progressivamente, a população procura mais informações e formas de acompanhar a gestão pública (orçamentária, financeira e fiscal) pela *internet*, em todas as esferas governamentais (federal, estadual e municipal). Nesse sentido, a sociedade sente-se amparada pelo aval legal, que assim define:

O Governo brasileiro acredita que a transparência é o melhor antídoto contra a corrupção, dado que ela é mais um mecanismo indutor de que os gestores públicos ajam com responsabilidade e permite que a sociedade, com informações, colabore com o controle das ações de seus governantes, no intuito de checar se os recursos públicos estão sendo usados como deveriam (CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, 2016).

Outra característica importante dos portais está relacionada ao livre acesso. Uma vez que não são exigidos cadastros com senhas ou qualquer tipo de identificação de quem acessa, os portais tornam-se ambientes democráticos e transparentes, mantendo a finalidade de agregar as informações sobre a utilização dos recursos nos diversos níveis (BARTOLUZZIO *et al.*, 2019). Esse é a principal razão por que os portais se tornaram um meio de controle da gestão pública, incentivando os gestores a empregarem os recursos públicos de maneira eficiente, com eficácia e efetividade, já que seu acompanhamento é acessível a qualquer pessoa.

Sendo assim, a construção dos portais deve ser guiada conforme uma categorização dos serviços e informações disponíveis, seguindo as necessidades dos usuários, com facilidade de acesso e fácil navegação. Os portais tornam-se, portanto, meios destinados exclusivamente à divulgação institucional e à comunicação social, integrando os serviços via *web*, a partir de componentes de *software* disponíveis na *internet*, e possibilitando a integração de arquiteturas de informação (proprietárias ou livres) da área de serviços de tecnologia da informação (SANTOS, 2013).

Hoje, qualquer pessoa que tenha um computador ligado à rede de *internet* tem acesso à construção do conhecimento. Desse modo, entende-se que as tecnologias são propagadoras de informação, e os *websites* são meios que colocam essas informações/conhecimentos à disposição, para quem quiser acessar, fazendo com que o ambiente físico das instituições não mais seja um elemento limitador para o acesso à informação (GONÇALEZ; JORENTE, 2014).

Os portais foram criados com o compromisso de assegurar o aumento da transparência, efetivado pelo controle e acompanhamento da aplicação dos recursos públicos, propiciando ao cidadão a oportunidade de acompanhar a execução dos recursos públicos e, com isso, disponibilizando sua fiscalização (BARTOLUZZIO *et al.*, 2019). Nesse sentido, aí reside, ainda segundo Bartoluzzio *et al.* (2019), a importância de se entender as necessidades da sociedade sobre os portais eletrônicos para uma comunicação mais adequada com os cidadãos, intervindo de forma a estabelecer um instrumento mais assertivo para a conexão entre ambos.

Diante da possível facilidade e versatilidade de acesso, os portais de governo são considerados como um dos meios mais significativos para a prestação de serviços públicos e de interatividade entre o cidadão e o governo (SANTOS; ROVER, 2016). Santos e Rover (2016) observam, ainda, que o portal não é um mero cartão de visitas, ou um palco eletrônico, mais que isso, ele precisa permitir o exercício da cidadania e o aprimoramento da democracia.

Por conseguinte, o portal deve conter conteúdo específico para seu usuário-alvo e consentir com a formulação e o compartilhamento de conhecimento, uma vez que possui ferramentas para a comunicação entre quem gera e quem consome a informação. Por esse ângulo, os portais devem observar a utilização de uma linguagem apropriada em seus conteúdos, tanto visual como escrita, de maneira a propiciar aos cidadãos um painel alusivo/claro e objetivo do desempenho governamental (SANTOS; ROVER, 2016; PINHO, 2008).

Nesse contexto, os portais falham quanto a garantir maior interatividade, podendo-se inferir que as relações estabelecidas são, fundamentalmente, do tipo *government-to-citizen*, em que o governo é o emissor e a sociedade, ao que tudo aponta, é um receptor passivo, achando-se distante a inversão dessa relação, para chegar a uma relação tipo *citizen-to-government* (PINHO, 2008).

O estudo de Silva e Vicentin (2018), referente à comunicação dos princípios de governança pública nos portais governamentais, evidenciou que todos esses princípios estão sendo, em algum estágio, comunicados por meio dos portais das prefeituras municipais

pesquisadas. Além disso, evidenciou que, apesar do reconhecimento por parte dos gestores de comunicação, admitindo as dificuldades na comunicação pelos portais governamentais, todos os portais pesquisados se mostraram como um meio de práticas de informação.

Destaca-se, portanto, que os portais eletrônicos se constituem, atualmente, meios mais acessíveis para que a gestão pública divulgue seus dados, e mais disponíveis ao acesso pelos cidadãos, considerando que a *internet* facilita a conexão, em tempo real, às informações, favorecendo tanto a modernização como o acesso pelos cidadãos às informações públicas (SANTOS, 2017). Os governos, sustentados pelos portais de acesso, segundo Santos (2017), produziram programas de governo eletrônico, os quais, igualmente, contribuíram para maior interatividade com o cidadão, com baixo custo para o poder público, e transformando o cidadão em usuário-parte da gestão dos atos públicos.

Diante da abrangência proporcionada pela *internet* e da possibilidade de acesso à informação via portais eletrônicos, deve-se considerar o modo como a administração pública utiliza os meios eletrônicos, a fim de propiciar uma interação com a sociedade através do repasse de informações via portais eletrônicos, e como se apresenta a informação na administração pública.

2.3 FUNDAÇÕES ESTADUAIS DE AMPARO À PESQUISA

As Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (FAPs) são órgãos indiretos da administração pública estadual que proporcionam maior associação entre os estados, entes federais e demais instituições análogas, tanto públicas como privadas, a fim de captar recursos centrados na execução da pesquisa e desenvolvimento (FREITAS, 2014).

Compreendidas dentro do Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil, são entidades robustas, apesar de haver algumas desigualdades entre elas, encontrando-se algumas bem estruturadas e outras em processo de estruturação. Instituições, como o CNPq, têm nas FAPs colaboradores muito importantes (FREITAS, 2014).

A partir da mobilização iniciada no país, durante a década de 1950, com a criação da CAPES e do CNPq, surgiram inúmeras instituições políticas e diversos dispositivos foram gerados para o desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil, inclusive com a criação das FAPs. Em 1972, foi criado, por lei, o Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (SNDCT) do Brasil, tendo, em 2002, introduzido na sua definição a

expressão Inovação, passando a se denominar Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico, Tecnológico e de Inovação (SCT&I) (MATOS, 2018).

Nesse sentido, a criação de agências governamentais federais teve como finalidade apoiar e fomentar a pesquisa, além de apresentar uma nova perspectiva para o desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação. Em seguida, passou-se a incentivar que os estados também promovessem a criação de instituições públicas voltadas ao incentivo à pesquisa, as chamadas Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa – FAPs, estabelecendo, em sua constituição, estrutura voltada para fomento através da aplicação recursos do orçamento estadual.

As Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa operam no país como entidades de incentivo à ciência, pesquisa e inovação. Sua função é fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico, de grande importância para proporcionar condições de vida melhor a toda a sociedade, como comprovado por países da América do Norte, Europa e Ásia (JORGE; VENDRUSCOLO, 2020). Estabelecidas como agências governamentais incumbidas de gerenciar a distribuição de recursos públicos, objetivando o incentivo e a promoção do desenvolvimento científico, tecnológico e da inovação, as FAPs exercem o papel de responsáveis por parcela significativa das políticas de apoio ao Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação (SCT&I) (CONDE, 2015).

A partir da instituição da Constituição Federal (CF) de 1988, forte impulso foi dado à criação das FAPs diante da oportunidade de estabelecer e receber créditos orçamentários estaduais, bem como captar recursos por meio de programas com agências da esfera federal, como o CNPq, a CAPES e a Financiadora de Projetos (FINEP) (CONDE, 2015).

Os estados têm autonomia para criar sua própria FAP, porém, não existe nenhuma legislação de obrigatoriedade para isso. O estabelecimento dos recursos advém do orçamento que é definido pelo próprio Estado, assim como da captação de recursos através de arrecadação própria por meio de parcerias e repasses de recursos públicos federais (CONSELHO NACIONAL DAS FUNDAÇÕES ESTADUAIS DE AMPARO À PESQUISA, 2017).

Desse modo, as Fundações foram se constituindo e sucedendo a partir de decretos e de leis estaduais, específicas para a obtenção de recursos financeiros públicos dos estados, visando cooperar com o crescimento da produção científica nacional (BORGES, 2011). Assim, sob o título “Da ciência e tecnologia”, a Carta Magna de 1988, em seus art. 218 e 219, estabelece e define atribuições :

Art. 218. O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas.

§1º - A pesquisa científica básica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso das ciências.

§2º - A pesquisa tecnológica voltar-se-á preponderantemente para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional.

§3º - O Estado apoiará a formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa e tecnologia, e concederá aos que delas se ocupem meios e condições especiais de trabalho.

§4º - A lei apoiará e estimulará as empresas que invistam em pesquisa, criação de tecnologia adequada ao País, formação e aperfeiçoamento de seus recursos humanos e que pratiquem sistemas de remuneração que assegurem ao empregado, desvinculada do salário, participação nos ganhos econômicos resultantes da produtividade de seu trabalho.

§5º - É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica.

Art. 219. O mercado interno integra o patrimônio nacional e será incentivado de modo a viabilizar o desenvolvimento cultural e socioeconômico, o bem-estar da população e a autonomia tecnológica do País, nos termos de lei federal (BRASIL, 1988).

Existem, atualmente, no Brasil, o total de 26 fundações estaduais de amparo à pesquisa, incluindo o Distrito Federal, já que o estado de Roraima ainda não implementou sua FAP. Como órgãos da estrutura da administração indireta do poder executivo estadual, as FAPs proporcionam a articulação local com o sistema de ciência, tecnologia e inovação nos estados, através do auxílio financeiro por meio da concessão de bolsas a projetos de pesquisa.

Antes dos anos 1990, poucos estados tinham suas próprias FAPs constituídas. O Estado de São Paulo, em 1960, já havia implementado a Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo - FAPESP, figurando-se como pioneira no Brasil, sendo a segunda criada após quatro anos, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul – FAPERGS, e as demais só foram criadas a partir de 1980 (QUADRO 1). Em 2006, foi criado o Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa - CONFAP, objetivando coordenar os interesses das FAPs. A concepção desse órgão tinha como finalidade estimular a produção do conhecimento e da inovação tecnológica e o impulso à expansão de parcerias contínuas das FAPs a outros organismos de fomento, bem como o incentivo ao progresso de CT&I, assim como parcerias com o setor empresarial (CONSELHO NACIONAL DAS FUNDAÇÕES ESTADUAIS DE AMPARO À PESQUISA, 2017).

Os objetivos das FAPs, por sua vez, é apoiar projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, tendo como pilares de ação: “a) fomentar as pesquisas científicas e tecnológicas e a inovação; b) formar recursos humanos qualificados para as pesquisas; e c) fomentar a interação entre os centros geradores do

conhecimento e os setores economicamente produtivos” (CONSELHO NACIONAL DAS FUNDAÇÕES ESTADUAIS DE AMPARO À PESQUISA, 2017).

Segundo Conde (2015), as FAPs contribuem para o melhoramento da gestão pública por meio de sua responsabilização, eficiência, eficácia e efetividade, que se reflete no desempenho do controle social acerca das políticas públicas de CT&I, uma vez que seu processo de acompanhamento e avaliação é complexo, tendo em vista os resultados imprevisíveis e diversos nesse setor. Portanto, é necessário que as FAPs entendam que a sociedade é o principal cliente do sistema de CT&I, e que a construção de mecanismos de monitoramento e avaliação proporciona aprendizado e transparência, de forma a identificar possíveis equívocos entre o desejado e o obtido. Desse modo, elas se tornam uma ferramenta relevante para o exercício da gestão pública.

Reforça-se, assim, o que determina a Lei de Acesso à Informação (Lei n. 12.527/2011) em seu objetivo, que é assegurar o direito da sociedade à informação e à divulgação dos recursos públicos recebidos e como são empregados pelas FAPs. Foi com essa visão que o país incluiu a inovação como um terceiro pilar, essencial na busca pela diminuição das diferenças entre o Brasil e os países plenamente desenvolvidos (BORGES, 2011).

Por fim, considera-se que as FAPs são instituições, na sua maioria, com poucos anos de criação, ainda com processo de implantação e estruturação em andamento, havendo muito a ser desenvolvido para propiciar melhor difusão e desenvolvimento da pesquisa no Brasil. E nesse processo de desenvolvimento, na sua composição, as FAPs precisam ter muito claras suas atribuições.

As FAPs contribuem para os esforços de descentralização da CT&I, já que são elas que estabelecem maior junção entre Estados e entidades federais e congêneres, tanto públicas quanto privadas, para a obtenção de recursos, visando a execução da pesquisa e o desenvolvimento. As FAPs se fortaleceram no Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico, Tecnológico e de Inovação do Brasil, apesar de existirem enormes diferenças de estrutura e aporte financeiro, algumas já consolidadas e outras em fase de consolidação. As FAPs se tornaram, então, parceiras importantes de instituições que fomentam a pesquisa. (FREITAS, 2014). Ainda segundo salienta Freitas (2014), com a intenção de fortalecer a descentralização de recursos das ações de desenvolvimento regional, no que se refere à CT&I, foram criadas as transferências voluntárias de recursos da União, um dispositivo de política de Estado que se tornou plausível diante de um arranjo institucional e de infraestrutura, tanto nos Estados, nos Municípios e no Distrito Federal, e de estrutura do próprio CNPq.

Em sua constituição, as FAPs possuem regimento próprio e orçamento vinculado à receita estadual, cujo percentual de repasse está baseado no que dita cada legislação. A alíquota pode variar entre 0,5% e 2%, sendo comum o repasse de 1% da receita líquida estadual. Visando ampliar o quantitativo de vantagens aos pesquisadores e às instituições de pesquisa dos estados, as fundações mantêm também acordos com agências nacionais, como o CNPq, a CAPES, a FINEP e instituições internacionais (ALVES, 2018).

Uma das principais limitações na atuação das FAPs diz respeito à dependência orçamentária e financeira que os estados possuem em relação ao governo federal, e, internamente, nas alíquotas de destinação de recursos, de forma que o cenário econômico não muda (MATOS, 2018). Conde (2015) que os Estados, ao constituírem suas FAPs, estabeleceram um percentual fixo sobre as receitas tributárias a ser aplicado no fomento da ciência e tecnologia

Com base no relatório do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) de 2011-2020, as fundações com maior vulto de recursos movimentados são: FAPESP, FAPERJ, FAPEMIG e FAPERGS, as quais, conjuntamente, obtiveram um orçamento de 1.33 bilhão de reais nos últimos anos, enfatizando a importância das parcerias com as FAPs.

A atuação das fundações, no tocante à aplicação dos recursos, é realizada por meio de projetos, bolsas de auxílio e de editais, amparados em quatro pilares (CONSELHO NACIONAL DAS FUNDAÇÕES ESTADUAIS DE AMPARO À PESQUISA, 2017): (i) Pesquisa; (ii) Formação de pesquisadores; (iii) Inovação; e (iv) Divulgação.

Nessa ordem, o cumprimento do eixo de divulgação, direcionando o conhecimento produzido nas universidades e nos centros de pesquisa ao saber da sociedade, deve transparecer os resultados alcançados.

Desde 2003, o CNPq, por meio de seu Conselho Deliberativo mantém os termos de convênios com a maioria das FAPs em funcionamento, para atender a uma determinação de Estado, que visava a atenuação das diferenças regionais na área de CT&I, mantendo, com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - CTI, na figura do CNPq, a implementação e aplicação dessa política de incentivo (FREITAS, 2014).

No Brasil, os Sistemas Regionais de Inovação (SRIs) são formados por diversas entidades, como as universidades, o governo e as empresas, buscando promover uma interação sinérgica para permitir a inovação, e empregando os atributos regionais para criar vantagem competitiva. Entre as entidades que fazem parte dos SRIs, estão as Fundações de Amparo à Pesquisa, que são entidades que procuram promover da inovação através das várias

ações de incentivo dos Sistemas Regionais de Inovação dos respectivos estados, contribuindo com o desenvolvimento regional (MATOS, 2018).

As FAPs movimentam seus recursos em áreas estratégicas, auxiliando na realização de pesquisas; na geração de recursos humanos por meio de bolsas de iniciação científica e tecnológica, de mestrado e doutorado; mediando a interação entre as entidades de pesquisa e as empresas; assim como outras formas de fomento a CT&I, com a destinação de montantes para a realização de eventos de difusão científica e a cooperação a ideias inovadoras (MATOS, 2018).

Em um estudo das formas organizacionais das fundações evidenciou-se que estas possuem uma estrutura do tipo funcional, fragmentada por áreas de especialidades (departamentos), com as responsabilidades distribuídas por funções, sendo a tomada de decisão centralizada em uma cúpula administrativa, na qual cada departamento possui um superior imediato, que responde hierarquicamente. (RODRIGUES; GUIDINI; VENDRULOSCO, 2009). Os autores explicitam, apesar da nitidez das atividades, a comunicação formal acontece no sentido vertical, enquanto a comunicação horizontal aparece apenas em circunstâncias informais.

Outro aspecto observado pelos pesquisadores relaciona-se à concentração de tarefas especializadas em determinadas pessoas, o que pode acarretar uma ameaça ao prosseguimento das atividades e a interrupção dos processos de análise e concessão de recursos. Esse modelo de estrutura adotado pelas FAPs, de cultura institucional, tenta controlar a conduta dos indivíduos correlacionados aos diretores, gestores e funcionários, e, indiretamente, aos pesquisadores, Institutos de Ensino Superior - IES, centros de pesquisa, governo e empresas ligadas à instituição (RODRIGUES; GUIDINI; VENDRULOSCO, 2009).

Considerando as FAPs em 25 estados, além do Distrito Federal, a atuação dessas organizações, no desenvolvimento da CT&I, contribui para a atenuação das desigualdades regionais presentes no país. Algumas entidades, como a CAPES, o CNPq e a FINEP, a partir da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI), atribuem às FAPs um papel fundamental para a descentralização de recursos na área, e, conseqüentemente, para a redução das desigualdades econômicas regionais (MATOS, 2018).

A disparidade na destinação de recursos federais aos estados torna desigual o desenvolvimento científico e tecnológico do país, visto que os estados mais necessitados de recursos continuam exíguos, e os Estados mais ricos seguem com uma parcela maior de financiamentos (MATOS, 2018). Assim, o autor ressalta que cabe aos estados, em conjunto com as FAPs, estimularem um movimento de descentralização da inovação no país. Ademais,

cabe às FAPs a divulgação eficiente dos dados inerentes às suas atuações, garantindo que a falta de transparência na utilização dos recursos, em cada uma das regiões estaduais, não seja mais um impeditivo para a angariação de recursos.

Matos (2018), em seu estudo, constatou, no Brasil, desigualdades entre os estados e regiões do país, que refletem nos investimentos em CT&I, uma vez que há uma variação no orçamento administrado pelas FAPs. Dessa maneira, dentro desse movimento citado, demonstra-se a correlação entre o poder econômico dos estados e o incentivo em CT&I e o orçamento das FAPs.

Portanto, é evidente a importância de investimentos públicos para o desenvolvimento da CT&I no país, com a execução de recursos advindos de cota de recursos do orçamento estadual, e da parceria com as agências federais de amparo ao CT&I, através de um regular repasse de recursos financeiros, que instrumentaliza as FAPs de forma a contribuir na evolução das pesquisas regionais e nos programas de pós-graduação nos estados.

2.4 DESCRIÇÃO DAS HIPÓTESES DA PESQUISA

Não foram encontrados, na literatura revisada nesta pesquisa, estudos específicos acerca das relações entre o volume (quantidade) de informações nos portais eletrônicos das FAPs e suas características. Por outro lado, durante a construção das hipóteses da presente pesquisa, foram encontrados alguns estudos sobre algumas das variáveis de interesse.

Inicialmente, a primeira hipótese se baseou na variável idade de criação da fundação, por se entender que quanto mais antiga a instituição, mais consolidados estejam seus processos e estrutura e, com isto, haja uma maior disponibilidade de informações nos seus portais eletrônicos. Em seu estudo, correlacionando o desempenho de exportador nas empresas, Klotzle e Thomé (2006) constataram que a idade ou a data de começo no mercado internacional foi um fator preponderante para o alto desempenho, demonstrando que as empresas mais antigas representam uma parcela significativamente maior entre as empresas de alto desempenho do que as empresas com baixo desempenho. Nesse sentido, a variável tempo mostra ser uma variável estatisticamente significativa. Outro estudo de Costa (2018) buscou investigar se o perfil sociodemográfico das MPEs e de seus gestores tem influência no desempenho financeiro dessas empresas. Como resultado, foi constatado que a variável tempo (idade) de existência, influenciava no desempenho financeiro dessas empresas. Deste modo, a variável idade (tempo) de existência pode estar correlacionada a um melhor desempenho. Em outro estudo de Ramos e Klann (2019) pode se observar a utilização da variável tempo de

constituição (idade) para avaliar a relação entre a qualidade da informação contábil e as características de organizações do terceiro setor, considerando que uma instituição mais antiga, poderia adotar práticas e mecanismos essenciais que propiciaria um maior nível de profissionalismo, garantindo que os relatórios contábeis sejam mais úteis ao seu comercial.

Desse modo, considerando a variável idade (tempo de constituição ou existência) de cada FAP brasileira, definiu-se a primeira hipótese desta pesquisa:

H1: Existe correlação entre a idade (tempo) e o volume de informação nos portais eletrônicos das FAPs.

Em seguida, visando trazer uma variável de tamanho que pudesse avaliar as características das FAPs, foi feito o levantamento dos estudos do orçamento das FAPs, observa-se certa disparidade entre a disponibilidade orçamentária das diferentes FAPs, e que isso pode acarretar diversas consequências. Assim, entre os estudos que pesquisam a receita orçamentária está o estudo de First *et al.* (2018), que utilizou a variável receita orçamentária para analisar a influência de variáveis socioeconômicas e contábeis no nível de transparência eletrônica dos estados brasileiros, após a LAI, sob o enfoque da Teoria da Escolha Pública. Em outro estudo de Cruz *et al.* (2012) também se utilizou a receita orçamentária como variável explicativa para averiguar o nível de transparência das informações a respeito da gestão pública anunciadas nos portais eletrônicos de 96 municípios incluídos entre os 100 mais populosos do Brasil e considerando as características e indicadores socioeconômicos dos municípios podem contribuir para explicar o nível de transparência observado. Em um estudo de Silva e Magalhães (2005), mostrou evidências de que um maior tamanho da empresa está associado a um maior volume de informações disseminado por meio do site corporativo.

Assim, considerando o tema desta pesquisa e considerando os dados inerentes a variável orçamento das FAPs, definiu-se a segunda hipótese de pesquisa:

H2: Existe correlação entre o orçamento e o volume de informações nos portais eletrônicos das FAPs.

Em razão que o orçamento pode refletir variação de um ano para outro devido a fatores do ambiente econômico, buscou-se trazer a característica ativo total das FAPs como uma variável que reflete uma característica mais estável no longo prazo e que pudesse também representar o tamanho das FAPs. Em estudos de Diniz *et al.* (2015) e Baldissera (2018) tem se observado que a aplicação de variáveis socioeconômicas e contábeis, neste caso os ativos totais, tem relevância e merecem ser estudadas, especialmente no cenário do governo estadual brasileiro. Isto indica que o orçamento e o ativo total são *proxy* de tamanho

que podem dar uma dimensão da capacidade de volume de informações em relação a cada FAP.

Então a partir do levantamento da variável ativo total de cada FAP brasileira, definiu-se a terceira hipótese desta pesquisa:

H3: Existe correlação entre o ativo total das FAPs e o volume de informação nos portais eletrônicos das FAPs.

Já se tratando de estrutura e pessoal, Rodrigues *et al.* (2009) ressaltam que as formas organizacionais das fundações possuem uma estrutura do tipo funcional, fragmentada por áreas de especialidades (departamentos), com as responsabilidades distribuídas por funções, sendo a tomada de decisão centralizada em uma cúpula administrativa, na qual cada departamento possui um superior imediato que responde hierarquicamente. Assim, a partir da variável quantidade de servidores ativos pode se considerar o desenvolvimento das atividades. Em um estudo de Gomes e Freitas (2017), a variável quantidade de servidores, no caso juízes, foi utilizada para verificar a correlação com a demanda das varas da Justiça Federal. De modo semelhante, Silva, Ferreira e Prata (2019), em sua pesquisa referente à produtividade, sob a ótica da produção, e o desempenho dos juizados especiais na Justiça Estadual Brasileira, entre os anos 2009 e 2016, utilizaram a variável quantidade de servidores, neste caso os juízes, para verificar a correlação.

Desse modo, considerando o tema desta pesquisa e considerando os dados referentes a variável quantidade de servidores das FAPs, definiu-se a quarta hipótese de pesquisa:

H4: Existe correlação entre o quantitativo de servidores e o volume de informações nos portais eletrônicos das FAPs.

A partir deste estudo, espera-se apresentar e descrever a existência de uma relação entre o volume de informações nos portais eletrônicos e as características das FAPs.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção, o propósito é descrever os procedimentos metodológicos que foram utilizados para realizar esta pesquisa. Para tal, está subdividida em duas subseções. Na primeira subseção (3.1), são tratados os procedimentos de coleta de dados; e, na seção seguinte (3.2), os meios de análise de dados.

3.1 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

A coleta dos dados foi feita nos portais eletrônicos das FAPs, a partir da análise dos documentos e das informações apresentados. Considera-se a pesquisa como documental, a qual, na concepção de Gil (2017, p. 28), “é utilizada em praticamente todas as ciências sociais”. Gil (2017) ressalta, ainda, que a pesquisa documental considera todo tipo de documentos criados com intenções diversas, como comunicados, assentamentos, autorizações etc., conforme, no caso desta pesquisa, foram encontrados nos portais eletrônicos das fundações estaduais de amparo à pesquisa, do Brasil. A pesquisa, nesse sentido, foi documental, uma vez que foram analisados os portais eletrônicos para identificar as informações, e classificada também como bibliográfica, considerando que foram utilizados artigos e livros para o referencial teórico.

A pesquisa se estabeleceu em dados secundários, a partir de fontes obtidas de forma gratuita e acessível, através dos portais eletrônicos das fundações estaduais de amparo à pesquisa (HAIR JR *et al*, 2005). Quanto ao período de ocorrência, foi uma pesquisa transversal, que abrangeu um período determinado no tempo e, assim, fornecendo um panorama ou uma descrição dos elementos em um dado ponto (específico) no tempo (COOPER; SCHINDLER, 2011). Desse modo, o período definido foi estabelecido entre 26 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021, a partir de coleta feita nos portais eletrônicos das FAPs.

Do universo de FAPs públicas e privadas existentes, nesta pesquisa, faz-se um recorte para a população a ser investigada que são as Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa, do Brasil. No apêndice A consta a relação das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa, com seus respectivos endereços eletrônicos, que foram objeto desta pesquisa.

Assim, dos 26 estados mais o Distrito Federal, que somam 27, foram investigados os portais eletrônicos de 26 FAPs, já que no estado de Roraima, ainda não foi implementada a Fundação Estadual de Amparo à Pesquisa. Mas durante a coleta dos dados, a Fundação de

Amparo a Pesquisa da Bahia, informou não ter balanço patrimonial, portanto, não constou na amostra deste estudo. Desta forma, amostra ficou definida em 25 FAPs, sendo uma de cada estados mais DF, com exceção de Bahia e Roraima.

Visando apresentar onde os dados foram coletados traz-se o recorte do portal eletrônico da FAPEG e da FAPEMA, tendo sido levantado todas as abas, sub-abas, páginas e *links*, buscando informações de fomento. Ficando caracterizado como são heterogêneos os portais conforme a Figura 1.

Figura 1 Portal eletrônico da FAPEG e FAPEMA



Fonte: portal eletrônico da FAPEG e FAPEMA.

No processo de coleta de dados foi observada certa heterogeneidade da disposição das informações e certa dificuldade de levantamento do conteúdo, com uma grande quantidade de abas, sub-abas e *links* distribuídos de forma diversa, conforme as figuras dos portais eletrônicos da FAPEG e FAPEMA, exemplificam a visibilidade das informações.

3.2 MÉTODO DE ANÁLISE DE DADOS

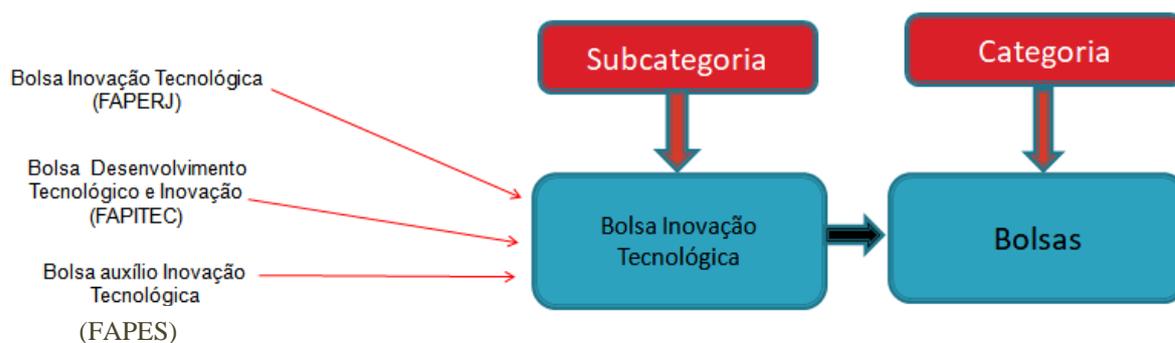
A análise de dados foi feita a partir de abordagem quali-quantitativa. Inicialmente, foi utilizada uma análise qualitativa, aplicando a técnica de análise de conteúdo dos documentos constantes nos portais eletrônicos. No acesso aos portais das FAPS, foi feito o levantamento

de todas as abas e páginas, de onde foram coletadas informações referentes ao fomento da pesquisa, para posterior classificação (etapa de codificação).

Desse modo, portanto, desenvolveu-se um processo interativo de coleta de dados e de codificação e geração das categorias. Por exemplo, sobre a codificação de dados referentes às bolsas: uma bolsa de iniciação científica se diferencia de uma bolsa de mestrado. Assim, à medida que os portais eram analisados, os atributos das bolsas eram definidos como elementos diferenciadores, considerando os novos atributos dos dados, e os portais anteriores eram reavaliados. Esses atributos foram usados para distinguir as subcategorias.

Por fim, visando diminuir o número de subcategorias, desenvolveu-se uma análise de similaridade, optando-se pelo agrupamento daquelas que eram similares. A análise ocorreu pela visualização das informações de fomento apresentadas em qualquer aba, subaba, e página do portal, considerando que os portais são constituídos de informações diversas, compostas por informações institucionais, de procedimentos administrativos, de comunicação de eventos, de divulgação de pesquisas, e de atendimento online, como ouvidoria e E-sic. Apresenta-se a Figura 2 com exemplificação da análise para constituição das subcategorias e categoria.

Figura 2 Constituição das subcategorias e categorias



Em linha com os objetivos desta dissertação, foi necessário coletar as informações de fomento que refletissem como são distribuídos os recursos financeiros nas áreas específicas da pesquisa, de modo que pudessem ser agrupadas e contabilizadas de forma quantitativa. A estruturação das subcategorias formou-se a partir da frequência de aparição nos portais, por afinidade de finalidade que se apresentam, segundo indicado por Bardin (2004, p. 18), isto é, “na análise quantitativa, o que serve de informação é a frequência com que surgem certas características do conteúdo”.

Na construção das categorias foi observado o agrupamento de itens nas subcategorias que se equiparavam com base na classificação de dois indicadores de frequência e de

finalidade. Depois, as subcategorias foram divididas em três categorias de informações de fomento encontradas nos portais eletrônicos das FAPs: bolsas, auxílios e programas. As categorias foram consideradas a partir dos dados levantados indutivamente, e observando concessões definidas por agências governamentais, como CNPq, que considera bolsa e auxílio como fomento à pesquisa de forma individual, e programas forma de fomento à pesquisa de forma coletiva.

Por se tratar da FAP com maior orçamento e por ser a mais antiga fundação da amostra, e que aparentemente em estudo exploratório anterior de Silva e Soares (2021), demonstrou possuir o portal eletrônico mais completo, a coleta foi iniciada pelo portal da FAPESP. Essas informações, em seguida, foram mapeadas em uma planilha eletrônica de *Microsoft Excel*®, e, na sequência constituíram as subcategorias, que foram agrupadas, observando critérios de similaridade, gerando 62 categorias de bolsas, auxílios e programas. Posteriormente, para a apuração da pontuação foi adotada uma combinação binária, codificada com 1 (um) quando o item era apresentado no portal da fundação, e 0 (zero), caso contrário. O produto desse trabalho gerou uma soma (pontuação) para cada fundação. Destaca-se, ainda, que os dados de todas as FAPs foram tabulados em planilhas eletrônicas, para facilitar o armazenamento e análises.

Para proceder à análise quantitativa foi feito um estudo exploratório das FAPs utilizando as variáveis o ano de criação (idade) e outras três variáveis de tamanho como orçamento, ativos totais e quantidade de servidores. Para a utilização das variáveis orçamento e ativos totais no estudo foi considerando os anos de 2019 e 2020, em razão de 2020 ter ocorrido à pandemia, o que poderia ter trazido alterações socioeconômicas que pudessem descaracterizar as variáveis.

Por outro lado, na etapa quantitativa da análise de dados, foi calculada a estatística descritiva, além de calculado o coeficiente de correlação linear r de Pearson. Na concepção de Fávero e Belfiore (2020, p. 21), “a estatística descritiva visa descrever e sintetizar as características principais observadas em um conjunto de dados por meio de tabelas, gráficos e medidas-resumo”, não observando, em sua análise dos dados, qualquer inferência acerca da população.

Para testar as hipóteses foi utilizado o coeficiente de correlação linear r de Pearson, pelo qual se observa, a partir das variáveis que caracterizam as FAPs, se existe correlação entre as variáveis ou não, e havendo correlação, identifica-se a intensidade e o sentido desta relação. Para proceder ao cálculo foi utilizado o *software* IBM SPSS Statistics 20.

4 ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nas seções a seguir serão expostas as análises e os resultados da aplicação da metodologia proposta para esta pesquisa. Assim, apresenta-se a descrição encontrada das características das FAPs, assim como o *checklist* referente ao volume de informações encontradas nos portais eletrônicos das FAPs. Por fim, procede-se à análise estatística desenvolvida através da correlação de Pearson, para responder as hipóteses antes elencadas.

4.1 CARACTERÍSTICAS DAS FAPs

As FAPs surgiram para fomentar a pesquisa a partir de criação de legislação estadual. A criação da primeira fundação estadual de amparo à pesquisa foi em 1960, no Estado de São Paulo, mas foi na década de 1990, que o país vislumbrou um crescimento na constituição de FAPs nos estados brasileiros. Para Conde (2015), a experiência paulista com a estruturação de sua própria fundação estimulou outros estados a também criarem as suas, mas foi a partir da década de 1990 que houve uma ampliação na criação de FAPs nos estados brasileiros, conforme se pode conferir no Quadro 1.

Quadro 1 - Criação das FAPs, por ano

FUNDAÇÕES ESTADUAIS DE AMPARO À PESQUISA	SIGLA	ANO
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo	FAPESP	1960
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul	FAPERGS	1964
Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro	FAPERJ	1980
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais	FAPEMIG	1986
Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco	FACEPE	1989
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas	FAPEAL	1990
Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico	FUNCAP	1990
Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba	FAPESQ	1992
Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal	FAPDF	1992
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí	FAPEPI	1993
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso	FAPEMAT	1994
Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina	FAPESC	1997
Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná	FA	1998
Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado do Mato Grosso do Sul	FUNDECT	1998
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia	FAPESB	2001
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas	FAPEAM	2002
Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Maranhão	FAPEMA	2003
Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Norte	FAPERN	2003
Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo	FAPES	2004
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás	FAPEG	2005
Fundação de Apoio à Pesquisa e a Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe	FAPITEC/SE	2005
Fundação Amazônia Paraense de Amparo à Pesquisa	FAPESPA	2007
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amapá	FAPEAP	2009
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Tocantins	FAPT	2011

Fundação Rondônia de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas, Tecnológicas e Pesquisas do Estado de Rondônia	FAPERO	2011
Fundação de Amparo à Pesquisa do Acre	FAPAC	2012

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Dessa maneira, evidencia-se que a constituição das fundações é um evento relativamente recente em alguns estados, já que a última fundação a ser criada a FAPAC, do estado do Acre, em 2012, restando o estado de Roraima, que até 2021, não criou sua fundação. Outro fator que ficou evidenciado é que maiorias das FAPs foram criadas após a promulgação da Constituição de 1988.

Diante da necessidade do financiamento da pesquisa em níveis regional e local, as FAPs vêm enfrentando limitações orçamentárias devido a uma redução nos recursos dispendidos pelo governo federal aos convênios (ALVES, 2018). As FAPs, ainda segundo Alves (2018), são um importante mecanismo de distribuição de recursos, visto que se relacionam diretamente com os beneficiários por meio de procedimentos internos pelos quais definem como e para quem os recursos serão destinados. O tamanho do orçamento, do ativo e das FAPs referentes aos anos de 2019 e 2020 e o quantidade de servidores ativos são apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 - Características de orçamento, ativos totais de 2019/2020 da FAPs (em reais), quantitativo de servidores

FUNDAÇÕES ESTADUAIS	ORÇAMENTO 2019	ORÇAMENTO 2020	ATIVO TOTAL 2019	ATIVO TOTAL 2020	QUANT. SERVIDORES
FAPESP	1.453.195.782,00	1.441.294.746,00	966.350.968,40	1.564.549.301,72	286
FAPERJ	535.180.482,00	541.883.216,00	832.162.499,16	983.822.587,04	66
FAPDF	366.353.338,00	427.780.153,00	543.757.261,90	555.271.665,66	59
FAPEMIG	318.589.589,12	368.704.702,14	2.347.268.474,46	2.558.669.038,94	203
FAPESB	127.787.000,00	136.072.858,00	-	-	79
FAPEAM	110.131.720,00	97.791.420,00	71.396.450,37	74.398.811,45	35
FAPESC	61.352.515,00	83.435.873,00	134.860.593,24	138.273.872,90	71
FACEPE	72.595.900,00	80.957.900,00	23.085.610,13	33.291.909,64	57
FA	42.063.083,00	68.070.343,00	271.807.801,00	181.225.570,00	44
FAPEMA	44.536.369,01	54.061.813,77	4.818.709,79	9.394.674,54	82
FAPERGS	44.301.372,23	51.007.536,00	12.741.851,13	14.485.053,68	45
FAPESPA	38.601.023,00	41.987.206,00	40.271.633,82	30.928.315,66	121
FAPESQ	42.296.392,52	38.358.921,34	15.485.126,45	16.979.287,55	12
FAPEMAT	40.341.659,00	37.790.596,54	115.095.836,66	124.304.635,75	18
FUNDECT	38.136.500,00	34.384.900,00	37.601.146,72	44.616.076,63	26
FAPEG	25.998.160,32	25.516.000,00	7.649.999,60	3.615.232,37	69
FAPES	29.353.790,00	24.100.823,00	44.523.968,73	39.987.316,80	46
FAPEAL	24.915.153,11	17.034.313,21	10.348.374,76	10.423.472,28	86
FAPITEC	10.845.300,00	11.084.793,30	17.673.706,65	18.573.925,58	32
FAPERO	7.401.750,00	7.894.934,00	7.137.358,26	6.665.352,43	26
FAPERN	4.218.000,00	6.834.212,47	13.070.426,85	13.082.596,18	35
FAPEPI	5.170.479,00	6.520.595,00	7.332.515,93	8.890.720,35	32
FAPT	9.296.532,00	5.093.799,00	8.266.327,06	7.164.928,65	20
FUNCAP	3.011.943,00	4.134.000,00	20.341.064,16	21.357.310,58	71

FAPEAP	1.350.200,00	1.859.555,00	5.052.324,99	8.747.643,62	11
FAPAC	986.000,00	901.000,00	695.217,88	1.049.473,54	16
TOTAL GERAL	3.458.010.032,31	3.614.556.209,77	5.558.795.248,10	6.469.768.773,54	1.648

Fonte: Elaborada pela autora (2021).

Os dados coletados, referentes ao ativo total das FAPs, indicam que, no ano de 2020, a FAPEMIG, a FAPESP, a FAPERJ e a FAPDF juntas representaram 87,5% do ativo total de todas as FAPs, enquanto as demais representaram somente 12,5% do total de ativos das FAPs. Outra característica a ser observada refere-se à FAPAC que, com o menor ativo total, tendo sido a última fundação a ser criada, em 2012. Um caso de *missing data* ocorrido, foi levantado que a FAPESB não elabora o balanço patrimonial e, portanto, não teve a informação acerca do ativo total coletada.

Quanto à estrutura organizacional administrativa das fundações, a partir do levantamento da quantidade de servidores em cada fundação, observa-se que existem estruturas bem pequenas e outras maiores. Nesse quantitativo de servidores incluem-se tanto os que estão atuando nas atividades-fim, como no apoio às atividades-meio das FAPs, considerando que, para fomentar ações de incentivo à pesquisa por meio de editais, chamamentos e outras modalidades, as fundações necessitam de aporte de pessoal, para cumprir o regramento legal do setor público e da estrutura física. Nesse caso evidencia-se que fundações, como FAPESP e FAPEMIG, além de constar como os maiores orçamentos e ativos totais também apresentam maior quantitativo de servidores.

4.2 VOLUME DE INFORMAÇÕES DOS PORTAIS ELETRÔNICOS DAS FAPS

A partir da codificação dos dados e criação e agrupamento das categorias e subcategorias, um *check list* foi gerado e este foi usado para atribuir uma pontuação a cada FAP. O portal eletrônico de cada FAP foi visitado e as informações identificadas foram tabuladas como presentes (1) ou ausentes (0) gerando uma pontuação (*score*) para cada FAP, e esta pontuação representa o volume de informações constantes nos portais. A Tabela 2 apresenta a consolidação do volume de informações de fomento nos portais eletrônicos das FAPs com base nas categorias bolsa, auxílio e programas.

Tabela 2 - Consolidação do volume de informações de fomento nos portais eletrônicos por categoria

FUNDAÇÕES	BOLSA	AUXÍLIO	PROGRAMAS	VOLUME DE INFORMAÇÕES
FAPERJ	13	11	46	70
FAPESP	12	21	29	62
FAPEAM	12	5	44	61
FAPEMIG	9	7	34	50
FAPEPI	12	8	19	39
FUNCAP	11	13	13	37
FAPEMA	23	0	14	37
FAPES	19	16	1	36
FAPESPA	25	0	9	34
FAPESB	11	0	20	31
FUNDECT	7	0	20	27
FAPITEC	10	5	5	20
FACEPE	13	7	0	20
FAPEAP	4	0	13	17
FAPESQ	3	0	13	16
FA	0	0	15	15
FAPEMAT	15	0	0	15
FAPERN	7	0	8	15
FAPESC	0	0	12	12
FAPEAL	0	0	12	12
FAPAC	1	0	5	6
FAPERO	0	0	6	6
FAPEG	4	0	1	5
FAPERGS	4	0	0	4
FAPDF	4	0	0	4
FAPT	0	0	0	0

Fonte: elaborada pela autora (2022).

Em cada coluna das categorias bolsa, auxílio e programas, estão representadas as quantidades de informações disponíveis nos portais. Na coluna volume de informações, consta o somatório das colunas das categorias. Constata-se que a FAPERJ e a FAPESP são as FAPS que mais apresentam informações de fomento à pesquisa dentro das categorias elencadas. Deve ser observado que as FAPs que apresentaram zerada a coluna das categorias não representam especificamente que não tenha algum tipo de fomento a pesquisa, mas sim que a mesma não apresenta esta informação no seu portal eletrônico como forma de divulgar suas ações de fomento a pesquisa.

4.3 ANÁLISE DAS VARIÁVEIS

Após o levantamento das variáveis idade (Quadro 1), orçamento, ativo total e quantidade de servidores (Tabela 1) e volume de informações nos portais eletrônicos (Tabela

2), procedeu-se ao teste das hipóteses por meio do uso o coeficiente de correlação linear r de Pearson. A matriz de correlação entre as variáveis é apresentada na Tabela 3.

Tabela 3 - Matriz de correlação entre as variáveis

		Correlações						
		Volume	Idade	Or_2019	Or_2020	At_2019	At_2020	Servidores
Volume	r	1						
	Sig. (2-tailed)	-						
Idade	r	,380	1					
	Sig. (2-tailed)	0,61	-					
Or_2019	r	,548**	,669**	1				
	Sig. (2-tailed)	,005	,000	-				
Or_2020	r	,539**	,672**	,998**	1			
	Sig. (2-tailed)	,005	,000	,000	-			
At_2019	r	,484*	,436*	,559**	,589**	1		
	Sig. (2-tailed)	,014	,029	,004	,002	-		
At_2020	r	,535**	,510**	,682**	,705**	,986**	1	
	Sig. (2-tailed)	,006	,009	,000	,000	,000	-	
Servidores	r	,528**	,575**	,797**	,804**	,697**	,777**	1
	Sig. (2-tailed)	,007	,003	,000	,000	,000	,000	-

** Correlação estatisticamente significativa em um nível de 0,01 (2 caldas)

* Correlação estatisticamente significativa em um nível de 0,05 (2 caldas)

Fonte: dados da pesquisa

O valor do coeficiente de correlação r de Pearson calculado apresentou que a correlação da variável volume de informações com a variável idade ($r = 0,38$) não é estatisticamente significativa ($p > 0,05$), desta forma a hipótese nula não é rejeitada, ou seja, não existe correlação entre volume informações e idade da FAP. Por outro lado, o estudo de Klotzle e Thomé (2006) apresentou existir estatisticamente essa diferença, ou seja, o desempenho das exportações, ao nível de significância de 5%, é significativamente maior entre as empresas com maior experiência (idade) no mercado internacional. De forma que a idade ou data de estreia no mercado internacional; as empresas mais antigas representam uma parcela significativamente maior nas empresas de alto desempenho do que nas empresas de baixo desempenho. Também, o resultado obtido por Costa (2018) corrobora que tempo de atuação no mercado é relevante na análise do desempenho financeiro de MPEs de turismo rural. Nos resultados apresentados por Ramos e Klann (2019) abrangendo a análise da relação entre as características das entidades do terceiro setor e a qualidade da informação contábil, comprovou-se que o tempo de constituição das entidades (tempo de existência) influenciam positivamente na qualidade da informação contábil divulgada. Assim, as organizações com mais experiência adquirida durante o tempo de existência tendem a ter maior qualidade das informações contábeis divulgadas, o que pode estar atrelado à existência de controles mais

eficientes, melhor conhecimento das normas e experiência de como lidar com os processos contábeis.

Por outro lado, a hipótese da correlação entre o volume de informações e os orçamentos de 2019 e 2020 foram de 0,548 e 0,539, respectivamente, ambas estatisticamente significantes a um nível de significância de 0,01 ($p = 0,005$ e $p = 0,005$), de modo que se rejeita a hipótese nula e aceita-se a hipótese alternativa, ou seja, há uma relação positiva entre o volume de informações e o orçamento das FAPs. Para Sampieri, Collado e Lucio (2013) uma correlação de 0,5 é uma correlação positiva média e uma correlação de 0,75 é uma correlação positiva considerável. Assim, como apresentado nos resultados de Fiirst *et al.* (2018) onde as hipóteses consideraram o aceite das hipóteses que propunham a existência de influência positiva entre as condições socioeconômicas, as variáveis contábeis e o nível de transparência eletrônica dos portais dos estados, há uma demonstração de que os agentes políticos se preocupam em aumentar a transparência de suas decisões. Então se evidencia que a questão de receita orçamentária influencia no volume de informações e também são propulsoras da transparência das informações públicas. Para Cruz *et al.* (2012) os aspectos das variáveis concluiu que o nível de transparência das informações acerca da gestão pública divulgadas nos portais eletrônicos dos grandes municípios brasileiros e as características socioeconômicas dos municípios podem estar relacionadas com o nível de transparência observado, por um lado também corrobora com os achados deste estudo por utilizar os aspectos contábeis, neste caso, o orçamento como forma de mensurar a transparência, assim este estudo demonstrou como o orçamento pode se relacionar com o volume de informações nos portais das FAPs.

No que tange a hipótese da correlação entre volume de informação e ativos totais identificou que em 2019 houve uma relação estatisticamente significativa ao nível 5%, em 2020 houve uma relação estatisticamente significativa ao nível 1%, e assim, rejeita-se a hipótese nula e aceita-se a hipótese alternativa, ou seja, há uma correlação positiva entre o volume de informações e o ativo total de 2019 ($r = 0,484$) e de 2020 ($r = 0,535$).

Em um estudo de Silva e Magalhães (2005) aspectos das variáveis contábeis demonstram que o tamanho da empresa parece ser a que mais contribui para a disseminação voluntária de informações, que uma empresa com maiores ativos, assume uma organização mais complexa, e parece necessitar atender a demanda por informação por parte de investidores e credores, e através do estudo empírico pode constatar a relação entre tamanho da empresa e sua capacidade de receitas financeiras.

Em relação a hipótese 4, verifica-se que variável volume de informações se correlaciona positivamente com a variável quantidade de servidores ($r = 528$) e esta relação é estatisticamente significativa ($p = 0,007$), de forma que também se rejeita a hipótese nula e aceita-se a hipótese alternativa, isto é, há uma relação positiva entre o volume de informações e o número de servidores das FAPs. Este resultado nos leva a considerar que este volume de informações pode ser mais promissor a partir de quantidade maior de servidores desenvolvendo suas atividades, a partir de atribuições genéricas. Por outro lado os estudos de Silva, Ferreira e Prata (2019, p. 247) considerou em todos os teste aplicados que a “variável do número de magistrados foi a única sempre significativa (p -valor $< 0,01$), com efeito negativo e com pouca variação (entre 11,78 e 12,53), indicando que, ao longo dos anos e entre todas as entidades (TJs), o aumento do número de magistrados tem como resultado o a diminuição da produtividade média dos mesmos”. Isto porque neste estudo a avaliação está vinculada ao seu desempenho individual. Esse resultado de certo modo confirma e complementa estudo feito no âmbito de varas federais que apontou correlação negativa entre quantidade de juízes e produtividade. Isto ficou evidenciado também nas pesquisas de Gomes e Freitas, (2017) que estabeleceu que os servidores do judiciário apresentam a mesma lógica, o que torna complexo estabelecer inferências nesta variável por não apresentar significância estatística. Não é atípico, contudo, em estudos feitos na área judiciária de vários países, que fatores como demanda e quantidade de pessoal (especialmente de juízes) se destaquem como importantes para a avaliação do desempenho judicial.

Em síntese, na presente pesquisa as características das FAPs utilizadas foram idade (número de anos desde a fundação) e tamanho (orçamento, ativo total e quantidade de servidores) das FAPs. Os testes de hipóteses mostraram **não há** relação entre volume de informações nos portais eletrônicos e a idade das FAPs. Os testes de hipóteses mostraram ainda que **há** relação entre volume de informações nos portais eletrônicos e tamanho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta pesquisa visou se entender a correlação entre volume de informações de fomento nos portais das FAPs e as características dessas fundações. Nesse sentido, partindo da premissa de que fundações maiores e com mais recursos poderiam evidenciar mais informações em seus portais eletrônicos, investigou-se a relação entre o volume (quantidade) de informações nos portais, a partir de quatro características das FAPs, a saber: idade, orçamento, ativos totais e quantidade de servidores, testando-se quatro hipóteses, por meio do coeficiente de correlação linear r de Pearson.

A análise dos dados permitiu concluir que a hipótese 1, que correlacionava a idade das FAPs com o volume de informações nos seus portais, não se apresentou estatisticamente significativa. De fato, embora se espere que organizações mais antigas possam ser melhor estruturadas em decorrência do desenho e da reformulação de processos e mesmo do desenvolvimento de uma cultura organizacional, isso não pode ser esperado, necessariamente, no que tange a aspectos de comunicação eletrônica, haja vista que o advento e a popularização da internet no Brasil ocorreu, de modo destacado, a partir dos anos 1990 e 2000. Os 30 anos de existência de uma fundação, como a FAPESP entre 1960 e 1990, não poderiam ter gerado uma experiência que consistisse em vantagem em termos de divulgação de informações em portais eletrônicos em relação às fundações mais jovens. Talvez, a variável idade do portal eletrônico possa apresentar uma relação com o volume de informações disponibilizadas, relação que a variável idade da fundação não possui.

Além disso, usando o critério de Sampieri, Collado e Lucio (2013), é considerada entre média com o volume de informações dos portais eletrônicos, ficou demonstrado que o orçamento apresenta uma relação considerada, o que foi evidenciado tanto para o orçamento de 2019 como de 2020, corroborando a ideia de que FAPs com orçamentos maiores têm condições de investir recursos financeiros tanto nas suas ações-fim de fomento à pesquisa como também direcionar recursos para investir em comunicação eletrônica, desenvolvendo portais eletrônicos com mais informações.

No caso da hipótese 3, os resultados confirmaram, pelos testes estatísticos, que os ativos totais têm uma correlação positiva entre média e considerável com o volume de informações nos portais eletrônicos das FAPs, nos dois anos analisados. Isto porque os ativos totais representam, assim como o orçamento, o tamanho das fundações e o potencial das FAPs de direcionar recursos para o desenvolvimento de melhores portais eletrônicos.

A hipótese 4 mostrou que há uma relação significativa e positiva entre o volume de informações dos portais das FAPs e a quantidade de servidores. Uma fundação com poucos servidores, ou seja, menor, faz com que estes precisem acumular muitas atividades, entre as quais, a alimentação e atualização do portal eletrônico, enquanto que, numa fundação com mais servidores, estes podem ser destacados, exclusivamente, para o desenvolvimento e manutenção do portal eletrônico, acarretando melhoria qualitativa e quantitativa das informações apresentadas.

A presente pesquisa encontrou limitações decorrentes de diversas origens. A primeira remete à escassez de literatura específica sobre fomento e fundações de amparo à pesquisa, impactando fortemente na construção teórica do estudo. A ausência de modelos amplamente aceitos de mensuração de transparência de órgãos públicos, assim como detectada na pesquisa de Vaz *et al.* (2021), também constituiu uma limitação, que impediu que o presente estudo avaliasse a transparência dos portais eletrônicos e optasse por analisar o volume de informações em termos de quantidade. O tamanho da população estudada, que consiste numa limitação numérica para o uso de métodos quantitativos mais sofisticados durante a análise de dados, aqui também foi um limitador mesmo com a amostra analisada representando mais de 90% da população.

Por outro lado, verifica-se a disparidade muito grande na quantidade de informações apresentadas nos portais eletrônicos das FAPs, e diferentemente de aspectos específicos definidos pela legislação, não existem indícios das ações de fomento claras que possam responder as demanda de divulgação para a sociedade ou pelos indivíduos que buscam a informação.

Com intuito de ampliar o tema, sugerem-se estudos futuros que contribuam para a área ao correlacionar o volume de informações nos portais eletrônicos das FAPs com outras características das FAPs. Além desses, sugere-se que, em estudos futuros, seja utilizada uma análise qualitativa para analisar o volume de informações apresentadas nos portais das FAPs e a qualidade dessas informações.

REFERÊNCIAS

- ABDALA, P. R. Z.; TORRES, C. M. S. de O. A Transparência como espetáculo: uma análise dos portais de transparência de estados brasileiros. **Administração pública e gestão social**, v. 1, n. 3, p. 147-158, 2016.
- AKUTSU, L. **Sociedade da Informação, accountability e democracia delegativa**. São Paulo: Baraúna, 2009.
- ALVES, M. C. O SBPC e as fundações de amparo a pesquisa. **Revista Ciência Cultura**, v. 70, n. 4, p. 8-10, 2018.
- ANDRADE, M. M. de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- ANTUNES, M. C. A efetividade informacional dos portais de transparência governamentais na perspectiva do cidadão. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 8, n. 2, p. 162-178, maio/ago. 2018.
- CONFAP. **Apresentação**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://confap.org.br/news/apresentacao/>. Acesso em: 07 ago. 2021.
- ARAÚJO, M. H. de; REINHARD, N.; CUNHA, M. A. Serviços de governo eletrônico no Brasil: uma análise a partir das medidas de acesso e competências de uso da internet. **Revista de Administração pública**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 4, p.676-694, jul./ago. 2018.
- AZEVEDO, V. A. Geração internet das coisas. **Diálogo com a Economia Criativa**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 75-91, maio/ago. 2016.
- BAIRRAL, M. A. C.; SILVA, A. H. C.; ALVES, F. J. S. Transparência no setor público: uma análise dos relatórios de gestão anuais de entidades públicas federais no ano de 2010. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 3, p. 643-675, 2015.
- BARBALHO, C. R. S. Portais eletrônicos: estudo comparativo da oferta em Comunicação. *In: ENCONTRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO*, 16., 2004, Porto Alegre. **Anais [...]**. São Paulo: INTERCOM, 2004.
- BALDISSERA, J. F. **Determinantes da Transparência Pública: um estudo em municípios brasileiros sob a ótica da teoria da escolha pública**. Dissertação (Mestrado em??), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, PR, Brasil, 2018.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. 3ª ed. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BARROS, L. de M.; FONSECA, M. W. da. A transparência fiscal eletrônica nos municípios do estado do Paraná: avaliação do índice de transparência e as possíveis relações nesse processo. *In: CONGRESSO ANPCONT*, 9., 2015, Curitiba. **Anais [...]**. São Paulo: ANPCONT, 2015.

BARTOLUZZIO, A. I. de S. *et al.* Percepção dos cidadãos sobre os portais da transparência do governo estadual e das gestões municipais em Pernambuco. **Revista da CGU**, Brasília, DF, v. 11, n. 18, p. 1-17, 2019.

BATISTA, C. L. Informação pública: controle, segredo e direito de acesso. **Intexto**, Porto Alegre, n. 26, p. 204-222, jul. 2012.

BATISTA, C. L. **Informação pública: entre o acesso e a apropriação social**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade São Paulo, São Paulo, 2010.

BORGES, M. N. As fundações estaduais de amparo à pesquisa e o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 78, p. 174-189, 2011.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_15.03.2021/art_218_.asp. acesso em: 06 jul. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2012a] Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato2011-2014/2011/lei/l12527.HTM> Acesso: 10 ago. 2021.

BRASIL. Ministério das Comunicações. **Pesquisa IBGE**. Brasília, DF, 2021. <https://www.gov.br/mcom/pt-br/noticias/2021/abril/pesquisa-mostra-que-82-7-dos-domicilios-brasileiros-tem-acesso-a-internet>. Publicado em 14/04/2021. Acesso em: 26 jul. 2021.

BRASIL. Secretaria Especial de Comunicação Social. **Pesquisa brasileira de mídia 2016: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira**. Brasília, DF: Secom, 2016.

CALEFFI, C. F. **Entre a transparência e o segredo: análise da transparência fiscal e do acesso à informação nos portais das assembleias legislativas brasileiras**. 2016. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

CALEFFI, C. F.; RAUPP, F. M. Avaliação da transparência fiscal e do acesso à informação nos portais das assembleias legislativas brasileiras. **Meta: Avaliação**, v. 9, n. 26, p. 360-386, maio/ago. 2017.

CAMARGO, A. Engajamento, participação e transparência como meios para alcançar a democracia digital: o potencial do uso da internet. **Comunicação - reflexões, experiências, ensino**, v. 11, n.11, p. 77-89, 2016.

CAMPOS, R.; PAIVA, D.; GOMES, S. Gestão da informação pública: um estudo sobre o Portal Transparência Goiás. **Revista Sociedade e Estado**, v. 28, n. 2, p. 421-446, maio/ago. 2013.

CANELA, Guilherme; NASCIMENTO, Solano (Coord.). **Acesso à informação e controle social das políticas públicas**. Brasília, DF: Andi; Artigo 19, 2009.

CASTELLS, M. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CENTRO DE ESTUDOS SOBRE AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO. Panorama setorial da internet: acesso à internet no Brasil: desafios para conectar toda a população. **Universalização do acesso**, v. 8, n. 1, 2017. Disponível em: https://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/6/Panorama_Setorial_11.pdf. Acesso em: 09 ago. 2021.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. **Portal da transparência**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/>. Acesso em: 13 jul. 2021.

CONDE, R. de V. **Governança pública: uma análise comparativa do sistema de indicadores das fundações estaduais de amparo à pesquisa**. 2015. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

CONFAP. Brasília, DF, 2021. Disponível em: www.confap.org.br Acesso em: 06 jul. 2021.

COOPER; D. R; SCHINDLER, P. S. **Método de pesquisa em administração**. 7. ed. Porto Alegre: Bookmann, 2011.

COSTA, A. C. Influência das características sociodemográficas no desempenho financeiro de micro e pequenas empresas do turismo rural. **Revista Espacios**, v. 39, n. 14, p. 12-22, 2018.

CRUZ, C. F. *et al.* Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. **Revista Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, p. 153-156, fev. 2012.

DAHER, P. C. de A. **A institucionalização dos portais de transparência pública dos municípios paraenses**. 2017. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade da Amazônia, Programa de Pós-Graduação em Administração, Belém, 2017.

DIAS, T. F.; SANO, H.; MEDEIROS, M. F. M. de. **Inovação e tecnologias da comunicação e informação na administração pública**. Brasília: Enap, 2019. 102 p.: il. (Coleção Gestão Pública).

DINIZ, G. M. **A gestão da informação dos municípios cearenses com suporte em um modelo de análise da transparência digital em portais eletrônicos**. 2015. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2015.

EIRÃO, T. G. **Acesso à informação pública nos países do Cone Sul: estudo sobre a adesão às diretrizes de acesso à informação**. 2018. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2018.

EVANGELISTA, I. V. *et al.* O acesso à informação como supervalor ético em organização do conhecimento: diálogos entre a literatura científica e as fontes normativas na perspectiva

brasileira. **RICI - Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 13, n. 2, p. 503-521, maio/ago., 2020.

FARACO, B. P. **Transparência das informações públicas nos portais das instituições federais de educação profissional da região sul do Brasil**. 2015. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Governança Pública) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

FARAH, M. F. S. Disseminação de políticas públicas e programas governamentais no nível subnacional de governo. **Revista de Administração em Diálogo**, São Paulo, v. 2, n. 11, p. 69-89, 2008.

FÁVERO, P. L.; BELFIORE, P. **Manual de análise de dados**. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2020.

FIGUEIREDO FILHO, D. B.; SILVA JR., J. A. da. Desvendando os mistérios do coeficiente de correlação de Pearson (r). **Revista Política Hoje**, Recife, v. 18, n. 1, p. 115-146, 2009.

FIIRST, C. *et al.* A influência dos índices socioeconômicos e contábeis no nível de transparência eletrônica dos estados brasileiros sob a ótica da teoria da escolha pública. **Revista Administração Pública e Gestão Social**, v. 10, n. 4, p. 272-281, 2018.

FREITAS, R. L. **O Processo de acompanhamento e avaliação das transferências voluntárias de recursos do CNPq em parceria com as FAP**. 2014. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável)- Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2014.

GAMA, J. R.; RODRIGUES, G. M. Transparência e acesso à informação: um estudo da demanda por informações contábeis nas universidades federais brasileiras. **TransInformação**, Campinas, v. 28, n. 1. p. 47-57, jan./abr., 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. Rio de Janeiro: Ed. Atlas, 2017.

GOMES, D. **A gestão de documentos, os arquivos e o acesso à informação nos municípios fluminenses de médio porte**: diagnóstico e perspectivas para uma política pública municipal de arquivos. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

GOMES, A. O.; FREITAS, M. E. M. de. Correlação entre demanda, quantidade de juízes e desempenho judicial em varas da Justiça Federal no Brasil. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 567-585, maio/ago, 2017.

GONÇALEZ, P. R. V. A.; JORENTE, M. J. V. Disseminação da informação nos websites dos arquivos permanentes e as novas tecnologias de informação e comunicação. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 7, n. 1, p. 1-23, jan./jun. 2014.

HAIR JR, J. F. *et al.* **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

JACQUES, F. V. S.; QUINTANA, A. C.; MACAGNAN, C. B. Transparência em municípios da Região Sul do Brasil. *In*: ENCONTRO ANPAD, 32., 2013, Rio de Janeiro **Anais [...]**. Maringá: ANPAD, 2013.

- JARDIM, J. A Lei de Acesso à Informação Pública: dimensões político-informacionais. **Tendências da Pesquisa brasileira da Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 5, n. 1, p.1-10, 2012.
- JORGE, F. dos S.; VENDRUSCOLO, M. I. Transparência na gestão das fundações estaduais de amparo à pesquisa brasileiras. *In*: CONGRESSO ANPCONT, 19., Foz do Iguaçu, 2020. **Anais [...]**. São Paulo: ANPCONT, 2020.
- KLOTZLE, M. C.; THOMÉ, C. C. Fatores associados ao desempenho exportador de micros, pequenas e médias empresas brasileiras. **Revista de Administração – RAUSP**, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 339-346, jul/set, 2006.
- LARA, M. L. G. de; CONTI, V. L. Disseminação da informação e usuários. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 17, n. 3-4, p. 26-34, 2003.
- LETOUZE, P. Comunicação de governo na *internet* sobre o covid-19: um benchmarking descritivo. **Revista Observatório**, Palmas, v. 6, n. 3 (Especial 1), p. 1-20, maio, 2020.
- LINS, B. F. E. A evolução da Internet: uma perspectiva histórica. **Cadernos Aslegis**, Brasília, DF, v. 17, n. 48, p. 11-45, 2013.
- LOPES, C. A. Acesso à informação pública para a melhoria da qualidade dos gastos públicos: literatura, evidências empíricas e o caso brasileiro. **Caderno de Finanças Públicas**, Brasília, DF, n. 8, p. 5-40, dez. 2007.
- LUCIANO, R. da C.; CARNIELLO, M. F. Tecnologia de informação e comunicação na gestão pública nos municípios do sudoeste goiano. **Estudos em Comunicação**, n. 17, p. 117-142, dez. 2014.
- MACHADO, M. C. **A internet como ferramenta para o atendimento aos princípios da publicidade e moralidade na administração pública**. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Teoria e Prática Jurídica) – Universidade do Extremo Sul Catarinense; Escola Superior de Magistratura do Estado de Santa Catarina, Criciúma, 2012.
- MANOHARAN, A. P. , INGRAMS A. Conceptualizing e-government from local government perspectives. **State and Local Government Review**, v. 50, n.1, p. 1-11, 2018.
- MATIAS-PEREIRA, J. **O controle de contas e a transformação da administração pública**. Fortaleza: Universidade Aberta do Nordeste; Fundação Demócrito Rocha, 2014.
- MATOS, G. P. de. **As fundações de amparo à pesquisa como agentes estruturantes dos sistemas regionais de inovação e de descentralização em CT&I no Brasil**. 2018. Dissertação (Mestrado em Tecnologias da Informação e Comunicação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.
- MATOS, H. A comunicação pública no Brasil e na França: desafios conceituais. **Veredas**, v. 8, n. 8, p. 99-114, 2009.
- MICHENER, G.; CONTRERAS, E.; NISKIER, I. From opacity to transparency? Evaluating access to information in Brazil five years later. **Revista de Administração Pública**, v. 52, n. 4, p. 610-629, ago. 2018.

- MEIJER, A. Government transparency in historical perspective: from the ancient regime to open data in The Netherlands. **International Journal of Public Administration**, v. 38, n. 3, p. 189-199, 2015.
- MESQUITA, K. A evolução do governo eletrônico no Brasil e a contribuição das TIC na redefinição das relações entre governo e sociedade. **Comunicologia: revista de Comunicação da Universidade Católica de Brasília**, Brasília, DF, v. 12, n. 2, p. 174-195, jul./dez. 2019.
- MEZZAROBA, M. P. **Requisitos para avaliação de portais de governo eletrônico do poder judiciário a partir das resoluções e metas do CNJ. 2015.** Tese (Doutorado em??), Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/135660>. Acesso em: 08 jan. 2022.
- MOLINA, J. **Por qué la transparência.** Navarra: Thomson Reuters, 2015.
- MOREIRA, F. M. *et al.*. A qualidade na recuperação de dados governamentais: um estudo sobre dados de políticas públicas na *internet*. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p.103-132, jun. 2020.
- MOREIRA, F. M.; VALENTIM M. L. P.; SANT'ANA, R. C. G. A interdisciplinaridade da Ciência da Informação e suas contribuições no estudo do compartilhamento de dados governamentais na internet. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 300-329, maio/ago. 2018.
- NICOLAU, M. Fluxo, conexão, relacionamento: um modelo comunicacional para as mídias interativas. **Culturas Midiáticas**, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 1-10, jul./dez. 2008.
- NOGUEIRA JR., D. A. Governo Eletrônico: uma reflexão sobre os limites da interatividade cidadã no modelo brasileiro da gestão pública digital de difusão de informação. **Revista Eptic**, São Cristóvão, v. 21, n. 1, p. 22-45, 2019.
- PAPADOMICHELAKI, X.; MENTZAS, G. E-govQual: a multiple-item scale for assessing e-government service quality. **Government Information Quarterly**, v. 29, n. 1, p. 98-109, 2012.
- PINTO, J. A.; ALMEIDA, M. B. Ontologias públicas sobre governo eletrônico: uma revisão sistemática da literatura. **Brazilian Journal of Information Science: Research trends**, v.14, n. 3, p. 1-32, jul.-set., 2020.
- PINHO, J. A. G. de. Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 471-93, maio/jun., 2008.
- PORTO, R. R. M. B. F.. **A situação da "Accountability" em Tribunais Superiores e de Segunda Infância do Poder Judiciário Brasileiro.** 2012. Tese (Doutorado em??). Universidade do Minho. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/20550>. Acesso em: 08 jan. 2022.
- PLATT NETO, O. A. P.; CRUZ, F.; VIERA, A. L. Transparência das contas públicas: um enfoque no uso da *Internet* como instrumento de publicidade na UFSC. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 1, n. 5, p. 135-146, jan./jun., 2006.

PRZEYBILOVICZ, E.; CUNHA, M. A.; MEIRELLES, F. de S. O uso da tecnologia da informação e comunicação para caracterizar os municípios: quem são e o que precisam para desenvolver ações de governo eletrônico e Smart City. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 4, p. 630-649, jul./ago. 2018.

RAMOS, F. M.; KLANN, R. C.. Relação entre qualidade nas informações contábeis e características organizacionais das entidades do terceiro setor. **Revista Organizações & Sociedade**, v. 26, n. 88, p. 9-27, jan/mar, 2019.

RAUPP, F. M. Prestação de contas de executivos municipais de Santa Catarina: uma investigação nos portais eletrônicos. **Administração Pública e Gestão Social**, Viçosa, v. 6, n. 3, p. 151-158, 2014.

RAUPP, F. M.; ABREU, E.; ABREU, M. B. Disponibilização de informações à sociedade em meios eletrônicos: um estudo nas prefeituras dos maiores municípios brasileiros. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, Florianópolis, v. 14, n. 42, p. 41-54, ago. 2015.

RAUPP, F. M.; PINHO, J. A. G. Accountability em câmaras municipais: uma investigação em portais eletrônicos. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 48, n. 4, p. 770-782, 2013.

RAUPP, F. M.; PINHO, J. A. G. de. Construindo a accountability em portais eletrônicos de câmaras municipais: um estudo de caso em Santa Catarina. **Cadernos EBAPE. BR**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 116-138, mar. 2011.

RODRIGUES, G. da P.; GUIDINI, M. B.; VENDRUSCOLO, M. I. Um modelo de gestão para agências fomento de amparo à pesquisa: a busca por resultados. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 16., 2009, Fortaleza, 2009. **Anais [...]**. São Leopoldo: ABC, 2009.

ROTHBERG, D.; LIBERATO, F. de P. Comunicação pública, transparência e políticas públicas: avaliação de informações em portais brasileiros de governo. **Revista Internacional de Relaciones Públicas**, Málaga, v. 3, n. 6, p. 69-96, 2013.

RUEDIGER, M. A. Perspectivas da governança na era da informação: Estado e sociedade civil. *In*: MARTINS, P. E. M.; PIERANTI, O. P. (Org.). **Estado e gestão pública: visões do Brasil contemporâneo**. 2. ed., 2. reimp, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p. 233-256.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. D. P. B. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso Editora, 2013.

SANT'ANA, R. C. G. **Tecnologia e gestão pública municipal: mensuração da interação com a sociedade**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

SANTANA JR, J. B. de. **Transparência fiscal eletrônica: uma análise dos níveis de transparência apresentados nos sites dos poderes e órgãos dos estados e Distrito Federal do Brasil**. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba; Universidade e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2008.

SANTANA, V. V. de *et al.*. A importância do uso da *internet* sob o viés da promoção interativa na educação em tempos de pandemia. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n. 10, p.78866-78876, oct., 2020.

SANTOS, J. C. S. dos. Informação pública e governo eletrônico na Assembleia Legislativa da Bahia. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 520-535, nov. 2013.

SANTOS, L. K. dos. **Um estudo das práticas de disseminação de informação de contratos administrativos nos portais eletrônicos das universidades federais da região Sudeste**. 2017. Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2017.

SANTOS, P. M.; ROVER, A. J. Processos de gestão do conhecimento fomentados pelos portais de governo. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 6, n. 2, p. 36-52, jul./dez. 2016.

SCHIEFLER E. A. C.; CRISTÓVAM, J. S. da S.; SOUSA, T. P. de. Administração pública digital e a problemática da desigualdade no acesso à tecnologia. **International Journal of Digital Law**, Curitiba, v. 1, n. 2, p. 97-116, maio/ago. 2020.

SCORSOLINI-COMIN, F. Psicologia da educação e as tecnologias digitais de informação e comunicação. **Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, v. 18, n. 3, p. 447-455, set./dez. 2014.

SILVA, D. M. da; RIBEIRO, A. C. D.; SILVA FILHO, E. A. As redes sociais como ferramenta para acesso à informação na administração pública. **Perspectivas em Políticas Públicas**, Belo Horizonte, v. XI, n. 21, p. 267-294, jan/jun 2018.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. rev. e atual. Florianópolis, 2005.

SILVA, E. M. A. da. **Sociedade da informação: a desinformação na era da internet**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

SILVA, J. A.; FERREIRA, G. V.; PRATA, A. A.. Desempenho em juizados especiais no Brasil: uma análise do período 2009-2016. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, Brasília, v.6, n. 3, p. 231-250, dez, 2019.

SILVA, J. S. **Sites governamentais e mecanismo de informação, transparência e participação**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2014.

SILVA, M. R. da; VICENTIN, I. C. Práticas de comunicação da governança pública em municípios brasileiros por intermédio de portais governamentais. **Revista Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, v. 14, n. 30, p. 176-201, 2018.

SILVA, M. V. G. da; FROM, D. A.; CONTE, F. L. A relação entre governo eletrônico e cidade digital: o caso do município de São José dos Pinhais. **Revista brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, Curitiba, v. 7, n. 2, p. 215-240, maio/ago. 2018.

SILVA, R. L. da; RUE, L. A. de. A acessibilidade nos sites do Poder Executivo estadual à luz dos direitos fundamentais das pessoas com deficiência. **Revista Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 2, p. 315-336, mar./abr. 2015.

SILVA, S. H. da; LOPES, V. F. V.; OLIVEIRA, G. D. da R. Marco civil da internet. **Jicex**, Curitiba, v. 3, n. 3, 2015.

SILVA, K. K. R. B.; SOARES, S. V. A caracterização das fundações estaduais de amparo à pesquisa. XX Colóquio Internacional de Gestão Universitária - **CIGU 2021**, 24 e 25 de novembro de 2021.

SILVA, W. M.; MAGALHÃES FILHO, P. A. O. Determinantes da disseminação voluntária de informações financeiras na internet. **Revista de Administração de Empresas**, v. 4, n. 2, jul./dez. 2005.

SOUSA, A. de O. *et al.*. A Efetividade do controle social a partir dos portais governamentais. **Id on Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, Jaboatão dos Guararapes, v. 14, n. 52, p. 974-990, out. 2020.

SOUZA, R. J. de; BARBOSA, R. B.; CABRAL, A. C. de A. SANTOS, S. M. dos. Avaliação da qualidade das informações disponibilizadas no portal da transparência do estado do Ceará. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 24, n. 54, p. 91-104, jan./abr. 2019.

STRINGARI, V. S. **Portais governamentais acessíveis**: um estudo sobre acessibilidade no portal de saúde. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Sistemas de Informação) - Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

TAVARES, W.; CERQUINHO, K. G.; PAULA, A. P. P. de. Participação virtual na gestão pública no âmbito municipal: uma análise dos portais eletrônicos das capitais brasileiras. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 16, n. 43, p. 263–290, 2018.

UNESCO. **Avaliação do desenvolvimento da internet no Brasil**: usando os indicadores de universalidade da internet DAAM-X BRASIL, Paris: UNESCO, 2021.

VAZ, K. K. R. B.; MARTINS, C.; CASAGRANDE, J. L.; SOARES, S. V. A controversa transparência dos portais eletrônicos governamentais. **REPAD Revista Estudos e Pesquisa em Administração**, Rondonópolis, v. 5, n. 1, p. 122-138, jan/abr, 2021.

ZORZAL, L. **Transparência das informações das universidades federais**: estudo dos relatórios de gestão à luz dos princípios de boa governança na administração pública federal. 2015. Tese (Doutorado em Ciência da Informação), Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília. Brasília, DF, 2015.

APÊNDICE A - Relação das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa, com seus endereços eletrônicos.

N	FAPs	PORTAL ELETRÔNICO
1	Fundação de Amparo à Pesquisa do Acre – FAPAC	http://www.fapac.ac.gov.br/
2	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas – FAPEAL	http://www.fapeal.br/
3	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amapá - FAPEAP	http://www.fapeap.ap.gov.br/
4	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM	http://www.fapeam.am.gov.br/
5	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB	http://www.fapesb.ba.gov.br/
6	Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP	http://www.funcap.ce.gov.br/
7	Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal - FAPDF	http://www.fap.df.gov.br/
8	Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo - FAPES	http://www.fapes.es.gov.br/
9	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás – FAPEG	http://www.fapeg.go.gov.br/
10	Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão - FAPEMA	http://www.fapema.br/
11	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso - FAPEMAT	http://www.fapemat.mt.gov.br/
12	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul - FUNDECT	http://www.fundect.ms.gov.br/
13	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG	http://www.fapemig.br/
14	Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará – FAPESPA	http://www.fapespa.pa.gov.br/
15	Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba - FAPESQ	http://www.fapesq.rpp.br/
16	Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná - FA	http://www.fappr.pr.gov.br/
17	Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco - FACEPE	http://www.facepe.br/
18	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí – FAPEPI	http://www.fapepi.pi.gov.br/
19	Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ	http://www.faperj.br/
20	Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Norte – FAPERN	http://www.fapern.rn.gov.br/
21	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul - FAPERGS	http://www.fapergs.rs.gov.br/
22	Fundação de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e à Pesquisa do Estado de Rondônia – FAPERO	http://www.fapero.ro.gov.br/
23	Fundação de Amparo e Inovação do Estado de Santa Catarina - FAPESC	http://www.fapesc.sc.gov.br/
24	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP	http://www.fapesp.br/
25	Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe - FAPITEC	http://www.fapitec.se.gov.br/
26	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Tocantins - FAPT	http://www.fapt.to.gov.br/

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

6 Apêndice B – Planilha de formulação das categorias de bolsa, auxílio e programas

SUBCATEGORIAS	CATEGORIA
Bolsa de Iniciação Científica - IC - FAPESP Bolsa de Iniciação Científica - IC - FAPES Bolsa de Iniciação Científica Tecnológica - BIC - FAPEMIG Bolsa de Iniciação Científica - FUNDECT Bolsa de Iniciação Científica Superior - FAPITEC Bolsa de Iniciação Científica - FAPEMAT BIC (Bolsa de Iniciação Científica) - FACEPE Bolsa de Iniciação Científica - FAPESB Bolsa de Iniciação - FAPEMA Bolsa de Iniciação Científica - FAPEPI Bolsa de Iniciação Científica e Tecnológica - graduação - FAPEAM Bolsa de Iniciação Científica - FAPEAP Iniciação Científica – Graduação (IC-Gr) - FAPESPA	Bolsa de Iniciação Científica - IC
Iniciação Científica Júnior (IC-Jr)- FAPESPA Bolsa de Iniciação Científica Júnior - FACEPE Bolsa de Iniciação Científica e Tecnológica - BICJR - FAPEMIG Bolsa de Iniciação Científica na Escola - FAPITEC Bolsa de Iniciação Científica Nível Médio - FAPEPI Bolsa de Iniciação Científica - JR - FAPEMA Bolsa de Iniciação Científica e Tecnológica - JR - FAPEAM Bolsa Iniciação Científica - JR - FAPEAP Bolsa de Iniciação Científica - JR - FAPES	Bolsa de Iniciação Científica Júnior - ICJ
Bolsa Mestrado - FAPESP Bolsa Mestrado - Cursos emergentes - FAPERJ Bolsa de Mestrado - FAPES Bolsa de Mestrado - BMS - FAPEMIG Bolsa Mestrado - FAPEG Bolsa de Mestrado - FAPDF Bolsa Mestrado no Estado - FAPEMAT Bolsa de Mestrado - FUNDECT Bolsa de Mestrado - FAPITEC Bolsa Mestrado - FAPESB Bolsa Mestrado - FAPESQ Bolsa Mestrado - FAPERN Bolsa de Formação Acadêmica – Mestrado - FUNCAP Bolsa finalização Mestrado - FACEPE Bolsa PDCTR – BP01 - Mestrado Acadêmico - FAPEPI Bolsa de Mestrado - BM - FAPEMA Bolsa Mestrado - FAPAC Bolsa Mestrado (ME) - FAPESPA	Bolsa Mestrado

Bolsa pós-graduação - Doutorado - FAPES Bolsa do Doutorado - FAPESP Bolsa Doutorado - Cursos Emergentes - FAPRJ Bolsa de Doutorado - BDS - FAPEMIG Bolsa de Doutorado - FAPEG Bolsa Doutorado - FAPDF Bolsa Doutorado no Estado - FAPEMAT Bolsa Doutorado - FUNDECT Bolsa Doutorado - FAPITEC Bolsa Doutorado - FAPESB Bolsa Doutorado - FAPESQ Bolsa Doutorado - FAPERN Bolsa de Formação Acadêmica - Doutorado - FUNCAP Bolsa Finalização Doutorado - FACEPE Bolsa Doutorado - FAPEPI Bolsa Doutorado - FAPEMA Bolsa Doutorado (DO) - FAPESPA Bolsa Doutorado - FAPEAM	Bolsa Doutorado
Bolsa Doutorado no Exterior - FAPEMA Bolsa Doutorado Sanduiche no Exterior - FAPEAM	Bolsa Doutorado Sanduiche exterior
Bolsa Pós-Doutorado - FAPESP Bolsas de Pós-Doutorado (PDR, PDR-10 e PDS) - FAPERJ Bolsa Pós-Doutorado - FAPES Bolsa de Pós-Doutorado – BPDS -FAPEMIG Bolsa Pós-Doutorado - Senior e Junior - FAPEG Bolsa Pós-Doutorado - FUNDECT Bolsa de Pós-Doutorado – Junior - FAPITEC Bolsa de Pós-Doutorado - FAPESB Bolsa de Pós-Doutorado Junior - PDJ - FAPESQ Bolsa PNPD (Programa Nacional de Pós-Doutorado) - FACEPE Bolsa PDCTR – BP01 - FAPEPI Bolsa de Pós-Doutorado no País - FAPEMA Pós-Doutorado (PDO) - FAPESPA	Bolsa Pos-Doutorado
Bolsas para Formação de Recursos Humanos no Exterior - Pós-Doutorado - FAPES Bolsa Pós-Doutorado no Exterior - FAPESB Bolsa de Pós-Doutorado no Exterior - FAPEMA	Bolsa Pos-Doutorado - Exterior
Bolsa Estágio de Pesquisa no Exterior (BEPE) - FAPESP	Bolsa Estágio de Pesquisa no Exterior (BEPE)

Bolsa Doutorado Sanduíche Reverso - Estágio de Doutorando do Exterior - FAPERJ Bolsa de Estágio no Exterior - FAPEMA	
Bolsa Jovem Pesquisador - FAPESP Bolsa Professor Jovem Cientista -FAPEMA	Bolsa Jovem Pesquisador
Bolsa Jornalismo Científico - FAPESP Bolsa Jornalismo Científico - BJC - FAPEMAT	Bolsa de Jornalismo Científico
Bolsa Iniciação Tecnológica (IT) - FAPERJ Bolsa de Iniciação Tecnológica - FAPEMAT Bolsa Iniciação Tecnológica - FAPEPI	Bolsa Iniciação Tecnológica - IT
Bolsas para Apoio à Pesquisa - Pesquisador Visitante - FAPES Bolsa para Pesquisador Visitante - FAPDF Bolsa Professor Visitante - FUNDECT Bolsa Pesquisador Visitante - FAPESB Bolsa Pesquisador Visitante - FUNCAP Bolsa Pesquisador Visitante I - FAPEMA Bolsa Pesquisador Visitante (PV) - FAPESPA Bolsa Pesquisador Visitante Nacional - FAPEAM	Bolsa Pesquisador Visitante - PV
Bolsa Pesquisador Visitante Emérito (PVE) - FAPERJ Bolsa Professor Visitante II e III - FAPEMA	Bolsa Pesquisador Visitante Emérito (PVE)
Inovação Tecnológica (INT) - FAPERJ Bolsa de Incentivo à Pesquisa e/ou Inovação - FAPES Bolsas de inovação - FAPITEC	Bolsa Inovação Tecnológica (INT)
Bolsa de Desenvolvimento Em C,T&I - FAPEMIG Bolsa de Incentivo à Pesquisa e/ou Inovação - FAPES Bolsa de Pesquisa Desenvolvimento Tecnológico e Inovação - FAPERGS Bolsa Popularização Científica , tecnologia, Inovação - BPCTI - FAPEMAT Bolsa de Difusão Científica e Tecnológica - FACEPE Bolsa CT&I - FAPEPI Bolsa Popularização Científica , tecnologia, Inovação - BPCTI - FAPEAM	Bolsa de Desenvolvimento em C,T&I
Bolsa de Pós-Doutorado Empresarial - PDI - FAPERGS Bolsa de Pós-Doutorado em Empresa - FAPERN Bolsa Pós-Doutorado Empresarial (PDOEM) - FAPESPA	Bolsa de Pós-Doutorado Empresarial - PDI
Bolsa Desenvolvimento Tecnológico Industrial - FAPES	Bolsa de desenvolvimento tecnologico e

bolsa Desenvolvimento Tecnológico e Industrial do Pará (DTI) FAPESPA Bolsa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial - FAPERGS Bolsas Desenvolvimento Tecnológico e Industrial – Mato Grosso - FAPEMAT	industrial - DTI
Bolsa Desenvolvimento Tecnológico e Inovação no Exterior (DTIE) - FAPESPA Bolsa Desenvolvimento Científico, Tecnológico e de Inovação no Exterior - FAPEAM	Bolsa Desenvolvimento Tecnológico e Inovação no Exterior
Bolsa de Iniciação Científica e Tecnológica - FAPES Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica – FAPEMIG bolsas de iniciação científica, tecnológica e de inovação - FAPDF Bolsa de Iniciação Científica e Tecnológica – BICT - FUNCAP	Bolsa de Iniciação Científica e Tecnológica - BICT
Bolsa Tutor de bolsistas de ICJR - FAPES Bolsa Tutoria (TU) - FAPESPA	Bolsa Tutor de bolsistas de ICJR
Bolsa Monitoria (MO) - FAPESPA Bolsas para Apoio à Pesquisa - Monitor - FAPES	Bolsa monitor
Bolsa Fixação de Recém-doutor - FAPES Bolsas de atração e fixação de Doutores - FAPITEC Bolsa de Fixação de Pesquisador - BFP - FACEPE Bolsa de Produtividade em Pesquisa, Estímulo à Interiorização e à Inovação Tecnológica – BPI Bolsa CEPRO – BP06 - FAPEPI	Bolsa Fixação Doutores
Bolsa pesquisador Associado - FAPES Bolsa de Pesquisador Associado – BPA	Bolsa pesquisador Associado
Bolsa de Extensão Tecnológica - FAPES Bolsa Extensão tecnológica - ET - FAPEMAT Bolsa Extensão no País - FAPESPA	Bolsa extensão tecnologica
Bolsa Pesquisador Senior - FUNDECT Bolsa Produtividade em Pesquisa (PP) - FAPESPA	Bolsa Produtividade - Doutor Senior
Bolsa de Transferência Tecnológica - BTT - FAPEMAT Bolsa de Transferência Tecnológica – BTT - FUNCAP	Bolsa Transfêrencia Tecnologica
Bolsas de Auxilio a Inovação Tecnológica - BAIT - FAPEMAT Bolsa de Inovação Tecnológica – BIT - FUNCAP	Bolsas de Auxilio a Inovação Tecnológica (BAIT)

Bolsa de Desenvolvimento Tecnológico - BDT - FAPEMAT Bolsa Produto Tecnológico - FAPITEC	Bolsa de Desenvolvimento Tecnológico - BDT
Bolsa Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional (DCR) - FAPEMAT Bolsa Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional - FUNDECT Bolsa de Desenvolvimento Científico Regional - FACEPE Bolsa Desenvolvimento Regional - FAPEPI Bolsa Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional (DCR) - FAPESPA Bolsa DCD - Desenvolvimento Científico Regional - FAPEAP	Bolsa Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional
Bolsa de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação - FAPITEC Bolsa Estímulo a Inovação Tecnológica - FAPESPA	Bolsa Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação - PBITI
Bolsa de Bancada de Projetos - FAPERJ Bolsas vinculadas ao desenvolvimento de Projetos de Pesquisa (Bolsas-Projeto) - FAPESB	Bolsa de Bancada para projetos
Auxílio à Pesquisa Regular - FAPESP Auxílio à Pesquisa - FAPERJ Auxílio Projeto de Pesquisa - FACEPE	Auxílio Pesquisa Regular
Auxílio à Pesquisa Jovem Pesquisador - FAPESP Auxílio Jovem Pesquisador - FAPEPI	Auxílio Pesquisa - Jovem Pesquisador
Auxílio à Organização de Reunião Científica FAPESP Auxílio à Organização de Evento Científico (APQ 2) - FAPERJ Auxílio Participação e Organização de Eventos de Caráter Técnico-Científico - FAPEMIG Auxílio Participação em eventos científicos - FAPEAM	Auxílio Organização de Reunião Científica
Auxílio a Participação em Reunião Científica - FAPESP Auxílio à Participação em Reunião Científica (APQ 5) - FAPERJ Auxílio Participação em Eventos Técnicos Científicos - FAPES Auxílio Participação em Eventos - FAPEPI Auxílio Participação de Eventos Científicos - FAPEAM	Auxílio Participação em Reunião Científica
Auxílio Pesquisador Visitante - FAPESP Auxílio a Pesquisador Visitante (APV) - FAPERJ Auxílio a Pesquisador Visitante - FAPEAM	Auxílio Pesquisador Visitante
Auxílio Programa de Apoio à Pesquisa em Parceria para Inovação Tecnológica (PITE) - FAPESP	Auxílio Programa de Apoio a Pesquisa em Parceria para Inovação Tecnológica - PITE

Auxílio ao Desenvolvimento e à Inovação Tecnológica (ADT 1) - FAPERJ Auxílio Inovação Tecnológica - FUNCAP Auxílio Inovação – AP07 - FAPEPI	
Auxílio Programa Ensino Público - FAPESP Auxílio Popularização – AP05 - FAPEPI	Auxílio Programa Ensino Médio
Auxílio Publicações - FAPESP Auxílio à Editoração –APQ 3 - FAPERJ Auxílio a Publicação de Artigo - FAPES Auxílio Publicação de Livros Técnicos e Científicos - FAPEMIG Auxílio Publicação – AP09 - FAPEPI	Auxílio Publicações
Auxílio Mobilidade para Participação em Atividades de Cooperação Internacional - FAPEMIG Auxílio Programa de Cooperação Internacional - FUNCAP	Auxílio Mobilidade para Participação em Atividades de Cooperação Internacional
Auxílio Financeiro aos Projetos de Excelência - FAPITEC Auxílio Núcleos Excelência - FUNCAP Auxílio Excelência – AP04 - FAPEPI	Auxílio Financeiro aos Projetos de Excelência
Auxílio Programa de Pesquisa para o SUS – PPSUS - FUNCAP Auxílio Pesquisa no SUS – AP03 - FAPEPI	Auxílio Pesquisa para o SUS
Auxílio Programa de Apoio a Núcleos Emergentes – Pronem FUNCAP Auxílio Núcleos Emergentes – AP02	Auxílio Apoio a Núcleos Emergentes
Auxílio Pesquisa - Projetos Temáticos - FAPESP	Auxílio Pesquisa - Projetos Temáticos
Auxílio Equipamentos Multiusuários - FAPESP	Auxílio Equipamentos Multiusuários
Auxílio a Pesquisador Recem-contratado - FAPERJ	Auxílio a Pesquisador Recem-contratado
Auxílio Programas Consorcios Setoriais para Inovação Tecnológica - CONSISTEC - FAPRJ	Auxílio Programas Consorcios Setoriais para Inovação Tecnológica - CONSISTEC
Pesquisa em Bioenergia (BIOEN) - FAPESP Biota – - Apoio ao estudo da biodiversidade do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ Sistema Nacional de Pesquisa em Biodiversidade – SISBIOTA - FAPESB	Programa em Biodiversidade
Programa FAPERJ/Fapesp sobre “ Mudanças Climáticas Globais” - FAPERJ	Programa Mudanças Climáticas

Mudanças Climáticas (PFPMCG) - FAPESP	
Programa FAPESP para Pesquisa Inovativa em Pequenas Empresas (PIPE) - FAPESP Programa de Apoio a Inovação Tecnológica em Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - FAPEMIG Programa Amazonas de Apoio a Pesquisa em Micro e Pequena Empresa PEPPE - FAPEAM	Programa Inovativa em Pequenas Empresas
Programa de Apoio à Pesquisa em Empresas - FAPESP Programa Apoio Pesquisa na Empresa - Bahia Inovação - FAPESB Programa Pesquisadores na Empresa - FAPEAM	Programa Apoio à Pesquisa em Empresas
Pesquisa em Parceria para Inovação Tecnológica (PITE) - FAPESP Programa de Apoio a Núcleo De Inovação Tecnológica - FAPEMIG	Programa de Apoio à Pesquisa em Parceria para Inovação Tecnológica - PITE
Programa Jovens Pesquisadores em Centros Emergentes - FAPESP PPP - Programa de Infraestrutura para Jovens Pesquisadores - FAPESQ Programa Jovem Pesquisador Amazonida - FAPEAM	Programa Jovens Pesquisadores em Centros Emergentes
Programa Ensino Público - FAPESP Programa Apoio a Melhoria do Ensino - FAPERJ Programa PEB - Ensino Básico - FAPERO	Programa Ensino Público
Programa de Apoio a Políticas Públicas Estaduais - FAPEMIG Programa Pesquisa em Políticas Públicas - FAPESP Programa em Políticas Públicas - FAPITEC Programa Pró-Políticas - Políticas Públicas - FAPESB Programa de Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento de Políticas Públicas em Areas Estratégicas do Estado do Piauí - FAPEPI	Programa Pesquisa em Políticas Públicas
Programa de Pesquisa para o SUS - FAPESP Pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em saúde - FAPERJ Programa de Pesquisa para o Sus - PPSUs - FAPEMIG Programa de Pesquisa para o Sistema Único de Saúde – PPSUS - FAPSC Programa PPSUS - FUNDECT Programa Pesquisa para o Sistema Único de Saúde – PPSUS - FAPESB Programa PPSUS - FAPEAL Programa Pesquisa para o SUS - FAPESQ Programa Pesquisa SUS - FAPERN	Programa Pesquisa para o SUS

<p>Programa de Pesquisa para o SUS: Gestão Compartilhada em Saúde – PPSUS / MS-Decit / CNPq - FAPEPI</p> <p>Programa PPSUS – Programa de Pesquisa para o SUS - FAPAC</p> <p>Programa Pesquisa SUS - FUNCAP</p> <p>Programa Pesquisa para o SUS – PPSUS - FAPERO</p> <p>Programa Pesquisa SUS - FAPEAM</p> <p>Programa Pesquisa para o SUS: Gestão Compartilhada em Saúde - FAPEAP</p>	
<p>Programa Capacitação Recursos Humanos - Capacitação Técnica - FAPESP</p> <p>Programa Treinamento e capacitação técnica (TCT) - FAPERJ</p> <p>Programa de Capacitação de Recursos Humanos (PCRH) - FAPEMIG</p> <p>Programa Formação em Recursos Humanos - FAPITEC</p> <p>Programa de Apoio a Formação de Recursos Humanos de Alagoas - FAPEAL</p>	<p>Programa Capacitação Recursos Humanos - Capacitação Técnica</p>
<p>Programa FAPLivros - FAPESP</p> <p>Programa Atualização de acervos bibliográficos nas instituições de ensino superior e pesquisa sediadas no Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ</p> <p>Programa Publicações de Livros ou Artigos - FAPEMIG</p>	<p>Programa FAP-Livros</p>
<p>Programa Apoio a Núcleos de Excelencia - FAPERJ</p> <p>Programa de Apoio a Núcleos de Excelência de Pesquisa - PRONEX - FAPEMIG</p> <p>Programa PRONEX - Apoio a Núcleos de Excelência - FAPESC</p> <p>Programa PRONEX - Núcleos de Excelência - FUNDECT</p> <p>Programa Núcleos de Excelência - FAPESB</p> <p>Programa Núcleos de Excelência - FAPESQ</p> <p>Programa Núcleos Excelência - FAPERN</p> <p>Programa Núcleos de Excelência - FUNCAP</p> <p>Programa de Apoio a Núcleos de Excelência de Pesquisa - PRONEX - FAPEPI</p> <p>Programa PRONEX - Apoiar Projetos de Grupos Consolidados de P. Científica Tecnológica e de Desenvolvimento - FAPESPA</p> <p>Programa Apoio a Excelência - FAPEAM</p>	<p>Programa á Núcleos de Excelencia</p>
<p>Programa Jovem Cientista do Nosso Estado - FAPERJ</p> <p>Programa Jovem Cientista Amazonida - FAPEAM</p>	<p>Programa Jovem Cientista do Nosso Estado</p>
<p>Programa PAPPE Subvenção – Rio Inovação - FAPERJ</p> <p>Programa FAPESP Pesquisa Inovativa em Pequenas Empresas (PAPPE) - FAPESP</p>	<p>Programa PAPPE Subvenção Rio Inovação</p>

<p>Programa Apoio às instituições de ensino e pesquisa sediadas no Estado - FAPERJ</p> <p>Programa Apoio a Consolidação das Instituições de Ensino Superior no Estado de Alagoas - FAPEAL</p> <p>Programa Apoio a Consolidação das Instituições de Ensino Superior no Estado do Piauí - FAPEPI</p> <p>Programa Apoio e Consolidação das Instituições Estaduais de Ensino para Pesquisa - FAPEAM</p>	<p>Programa de Apoio as Instituições de Ensino e Pesquisa sediadas no Estado</p>
<p>Programa Apoio a núcleos emergentes de pesquisa no Estado do Rio de Janeiro - FAPRJ</p> <p>Programa de Apoio a Grupos Emergentes de Pesquisa - PRONEM - FAPEMIG</p> <p>PRONEM - Programa Apoio a Núcleos Emergentes - FAPESC</p> <p>PRONEM - Programa Pesquisa Emergentes - FUNDECT</p>	<p>Programa de Apoio a Núcleos Emergentes</p>
<p>Programa Núcleos Emergentes - FAPERN</p> <p>Programa Núcleos Emergentes - FAPESB</p> <p>Programa de Núcleos Emergentes - FUNCAP</p> <p>Programa de Apoio a Núcleos Emergentes - FAPEPI</p> <p>Programa Apoio a Núcleos Emergentes de Pesquisa - FAPEAP</p>	
<p>Programa Difusão e Popularização da Ciência e Tecnologia - FAPERJ</p> <p>Programa de Popularização da Ciência (Popciências) - FAPESB</p> <p>Programa de Tecnologia Social e Assistiva - FAPEAP</p> <p>Programa de Divulgação e Popularização da Ciência - SAPIÊNCIA - FAPEPI</p>	<p>Programa de Difusão e Popularização da Ciência e Tecnologia</p>
<p>Programa Jovens Talentos - FAPERJ</p> <p>Programa de Apoio a Infraestrutura para Jovens Pesquisadores - FAPESPA</p>	<p>Programa Jovens Talentos</p>
<p>Programa Jornalismo Científico - FAPESP</p> <p>Programa Jornalismo Científico - Mídias Ciência - FUNDECT</p>	<p>Programa Incentivo ao Jornalismo Científico</p>
<p>Programa Apoio à Inovação Tecnológica - FAPERJ</p> <p>Programa Apoio à Inovação Tecnológica - FUNCAP</p>	<p>Programa Apoio Inovação Tecnológica</p>
<p>Programa Apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico regional no Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ</p> <p>Programa de Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Regional - FAPESB</p> <p>Programa DCTR - Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional - FAPESQ</p> <p>Programa de Desenvolvimento Científico Regional - DCR - FAPERN</p> <p>Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional - PDCTR - FUNCAP</p>	<p>Programa Apoio Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional</p>

Programa Desenvolvimento Regional - FAPERÓ Programa DCR: Desenvolvimento Científico Regional - FAPESPA	
Programa Apoio ao desenvolvimento de modelos de inovação tecnológica social - FAPERJ Programa Tecnologia Social - FAPEMA	Programa Apoio ao Desenvolvimento de Modelos de Inovação Tecnológica Social
Programa Centros de Pesquisa em Engenharia/Centros de Pesquisa Aplicada (CPE/CPA) - FAPESP Programa Apoio as Engenharias - FAPERJ	Programa Apoio as Engenharias
Programa Projetos de Extensão e Pesquisa – EXTPESQ - FAPERJ Programa Institucional Bolsa Extensão - FUNDECT	Programa de Extensão em Pesquisa
Programa Publicação de periódicos científicos e tecnológicos institucionais - FAPERJ Programa de Apoio a Publicação de Artigos Científicos - FAPEAM	Programa Publicações de Periódicos Científicos e Tecnológicos Institucionais
Programa Cooperação bilateral FAPERJ/INRIA - FAPRJ Programa Cooperação Internacional - FAPEMIG Programa de Cooperação Internacional - FAPESB	Programa Cooperação Bilateral
Programa Demanda Universal - FAPEMIG Programa Pesquisa Universal - FAPESC Programa Pró-Pesquisa - FAPESB	Programa Demanda Universal
Programa a Grupos e a Redes de Pesquisa - FAPEMIG Programa de Apoio à Pesquisa - FAPESC Programa a Grupos de Pesquisa - FAPEAL Programa Apoio e Formação Rede de Pesquisa em Ciência e Tecnologia - FAPESPA Programa Rede Ciência - Apoio a Redes de Pesquisa - FAPEAM	Programa de Apoio a Grupos e a Redes de Pesquisa
Programa Apoio a programas de pós-graduação stricto sensu em Universidades Estaduais - FAPERJ Programa de Apoio à Pós-Graduação - PAPG - FAPEMIG Programa Apoio a Pós-Graduação - FAPERN Programa de Pós-Graduação - Stricto - Sensu - FAPESQ Programa de Apoio Pós-Graduação Stricto -Sensu - FAPEAL Programa Estimulo a Cooperação Científica e Desenvolvimento Pós-Graduação - FUNCAP Programa de Apoio a Pós-Graduação Stricto-Sensu - PAPEPI Programa Apoio a Pesquisa na Pós-Graduação - FAPAC Programa MS/DS/DOCENTE - Pós-Graduação - FAPERÓ	Programa de Apoio a Pós-Graduação

Programa Desenvolvimento Pós-Graduação - FUNDECT Programa Apoio a Pós-Graduação - FAPEAM Programa POSGRAS - FAPEAP	
Programa Doutorado Sanduiche – BDSS - FAPEMIG Programa Doutorado Sanduiche – FAPESPA Programa Bolsa Sanduiche no País - FAPEAM	Programa Doutorado Sanduiche
Programa de Pós-Doutorado – BPDS - FAPEMIG Programa Capacitação de Pós-Doutores - FAPEAM	Programa Pós-Doutorado
Programa de Apoio à Iniciação Científica e Tecnológica - FAPEMIG Programa de Iniciação Científica - FUNDECT Programa de Bolsa de Iniciação Científica - FAPEPI Programa de Iniciação Científica - FAPAC Programa de Apoio a Iniciação Científica - FAPEAM Programa de Iniciação Científica - FAPEAP	Programa de Apoio a Iniciação Científica
Programa de Bolsa de Iniciação Científica Junior - FAPEPI Programa de Iniciação Científica Junior - FAPERO Programa de Iniciação Científica Junior - FAPEAP	Programa de Bolsa a Iniciação Científica Junior
Programa de Apoio à Interação Governo - ICT- Empresa - FAPEMIG Programa ICT Empresas - FAPEAP	Programa de Apoio a Interação Governo -ICT - Empresa
Programa de Organização de Eventos de Caráter Científico e Tecnológico - FAPEMIG Programa de Apoio Institucional para Organização, Realização e Participação dos Encontros Anuais - FA Programa PAE - Eventos Técnico-Científico - FUNDECT Programa Núcleo Apoio Regular - Organização Eventos - FAPESB Programa de Apoio a Participação de Eventos Científicos - FAPEPI Programa de Apoio, Participação e Realização Eventos Científicos, Acadêmicos Tecnológico - FAPEAL	Programa Organização de Eventos de Caráter Científico e Tecnológico
Programa Participação Coletiva em Evento - FAPEMIG Programa de Apoio a Participação em Eventos Científico Tecnológico - FAPEAM	Programa Participação Coletiva em Eventos
Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia - INCT - FAPEMIG Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia - FAPESC	Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia

<p>Programa Primeiros Projetos - PPP - FAPEMIG</p> <p>Programa Primeiros Projetos de Pesquisa - FAPESC</p> <p>Programa Primeiros Projetos - FAPESB</p> <p>Programa Primeiros Projetos - FAPERN</p> <p>Programa de Infraestrutura para Jovens Pesquisadores no Estado do Piauí (Primeiros Projetos - FAPEPI)</p> <p>Programa Primeiros Projetos - FAPAC</p> <p>Programa Primeiros Projetos - FAPERO</p> <p>Programa Primeiros Projetos - FAPEAM</p> <p>Programa Primeiros Projeto - FAPEAP</p>	<p>Programa Primeiros Projetos</p>
<p>Programa de Pesquisa Ecológica de Longa Duração - PELD - FAPEMIG</p> <p>Programa de Pesquisa Ecológica de Longa Duração- PELD - FA</p> <p>Programa Pesquisa Ecologica de Longa Duração - FAPESB</p>	<p>Programa de Pesquisa Ecologica de Longa Duração</p>
<p>Programa TECNOVA - FAPESC</p> <p>Programa TECNOVA - FUNDECT</p> <p>Programa TECNOVA - FAPEAL</p> <p>Programa TECNOVA - FAPESQ</p> <p>Programa TECNOVA - FUNCAP</p> <p>Programa TECNOVA - FAPEPI</p> <p>Programa TECNOVA - FAPEAM</p>	<p>Programa TECNOVA</p>
<p>Programa UNIVERSAL - FAPESC</p> <p>Programa UNIVERSAL - FUNDECT</p>	<p>Programa Universal</p>
<p>Programa de Pesquisa Científica, Tecnológica e de Inovação - FAPEG</p> <p>Programa DCR - Apoio a Projetos de Pesquisa Científica e Tecnológica e de Inovação - FUNDECT</p> <p>Programa de Pesquisa Tecnológica e Inovação - FAPITEC</p> <p>Programa de Apoio a Pesquisa Científica, Tecnológica e Inovação - FAPEPI</p>	<p>Programa de Pesquisa Científica, Tecnológica e de Inovação</p>
<p>Programa CENTELHA - FUNDECT</p> <p>Programa CENTELHA - FAPESQ</p> <p>Programa CENTELHA - FUNCAP</p> <p>Programa CENTELHA - FAPEPI</p>	<p>Programa Centelha</p>
<p>Programa Areas Públicas Estratégicas - FUNDECT</p> <p>Programa a Pesquisa e Desenvolvimento Publico em Areas Estratégicas - FAPEAL</p> <p>Programa Apoio a Pesquisa em Políticas Públicas em Areas Estratégicas - FAPEAM</p>	<p>Programa de Áreas Públicas Estratégicas</p>
<p>Programas Internacionais - FUNDECT</p>	<p>Programas Internacionais</p>

Programa Cooperação Internacional - FUNCAP Programa de Cooperação Internacional - FAPEMA Programa de Cooperação Internacional - FAPESPA	
Programa Difusão Científica - FAPITEC Programa de Apoio a Difusão da Ciência na Amazonas - FAPEAM	Programa de Difusão Científica
PEIEX – Programa de Qualificação para Exportação no Acre - FAPAC Programa Extensão Industrial Exportadora - PEIEX - FAPEPI	Programa Extensão Industrial Exportadora - PEIEX
Programa de Fomento à Inovação e Competitividade - INOVA - FAPEPI Programa INOVA Maranhão - FAPEMA	Programa de Fomento à Inovação e Competitividade - INOVA
Programa de Desenvolvimento Regional - FAPESPA Programa DCR - Desenvolvimento Científico Regional - FAPEAM Programa Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional - FAPEAP	DCR – Programa de Desenvolvimento Científico Regional
Programa Capacitação Taxionomia - FAPESB Programa Ciência e Tecnologia para Amazonas Verde - FAPEAM	Programa Capacitação Taxionomia